



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS,  
POVOS INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS - PPGEAFIN**

**THAÍS OLIVEIRA ANDRADE**

**MEMÓRIAS E TRADIÇÕES ORAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MONTE  
RECÔNCAVO.**

**Salvador – BA**

**2022**

**THAÍS OLIVEIRA ANDRADE**

**MEMÓRIAS E TRADIÇÕES ORAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MONTE  
RECÔNCAVO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Africanas, Universidade do Estado da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Moisés de Oliveira Sampaio  
Linha 2: Cultura, Educação e Memória

**Salvador – BA  
2022**

**THAÍS OLIVEIRA ANDRADE**

**MEMÓRIAS E TRADIÇÕES ORAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MONTE  
RECÔNCAVO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, Universidade do Estado da Bahia, como requisito final para obtenção de título de Mestre em História.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr. Moisés de Oliveira Sampaio  
Doutor em Humanidades e Artes  
Universidade Nacional de Rosário Argentina**

**Prof. Dr. Helga Porto de Miranda  
Doutora em Educação  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**Prof. Dr. Rúbia Mara Cunha  
Doutora em Educação  
Universidade Federal da Bahia**

Ao meu avô Gilberto Peixoto Silva meu espelho, no qual sou reflexo e extensão, muitas vezes, de sua bondade, amor e ensinamentos. Ao meu irmão Érico que me ensinou com sua partida precoce, a substancialidade de ser autêntico e divertido. Guardo nossas partilhas e afetos, nessa vida, com imensa saudade, as memórias jamais serão esquecidas.

(*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sua bondade e amor diário, não tenho como não agradecer ou deixar de elevar sua magnitude frente às bênçãos que tenho recebido no decorrer da minha caminhada. Gratidão é um conceito essencial em minha vida.

Aos demais, começo os agradecimentos com um provérbio zulu que me marcou profundamente, assim diz: “Umuntu Ngumuntu Ngabantu” que significa “Uma pessoa é pessoa por intermédio das outras pessoas”. Este provérbio reflete meus sentimentos ternos a todas as pessoas que convivem comigo, através das partilhas e vivências me ensinam e me fazem uma pessoa melhor, ou seja, que diretamente ou indiretamente contribuíram para a consolidação de mais uma etapa de minha formação acadêmica. Agradecer é uma maneira de demonstrar a substancialidade de cada um/a de vocês. Gratidão:

À minha mãe Irandy que sempre foi um porto seguro, assim como meus avôs Gilberto e Nancy e meu irmão Érico (*in memoriam*).

Ao meu esposo Cleber pelo incentivo e colo acolhedor, por sempre acreditar que posso ir além, acompanhando e validando minhas vontades. Um companheiro que se orgulha das suas conquistas sempre será uma pessoa que vale a pena ter por perto.

Aos meus amigos e amigas que sempre me apoiaram, mesmo afastados espacialmente.

Ao professor orientador Dr<sup>o</sup>. Moisés Sampaio pelos apontamentos pertinentes e ensinamentos.

Aos professores do PPGEAFIN/UNEB por todo o aprendizado partilhado e construído.

As professoras que formaram a banca de qualificação e defesa Dr<sup>a</sup>. Helga e Dr<sup>a</sup>. Rúbia pela delicadeza e colocações essenciais.

Aos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo pela disponibilidade, acolhimento e ensinamentos. A experiência que tive nesse lugar foi sensacional.

Aos colegas e amigos (as) que ganhei nas aulas do mestrado, principalmente o quarteto que se formou: Thaís, Rose, Dennys e Maurício. Compartilhamos conhecimentos, experiências, angústias, receios e possíveis vitórias. Levo todos para a vida, nossos laços se manterão além da UNEB.



“Quando o leão aprende a escrever, as histórias de caçadas não mais serão contadas pelo caçador”.

(LOPES, 2005)

ANDRADE, Thaís Oliveira. **Memórias e Tradições Orais da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo**. p. 3 - 100, 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, 2022.

## RESUMO

A presente pesquisa buscou valorizar as narrativas e tradições orais, como elementos propositivos para a construção e manutenção da memória coletiva da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo. Procurou promover e dar visibilidade as narrativas contadas pelos moradores da comunidade, para assim, conhecer a história do lugar. Partimos da premissa que os saberes e fazeres produzidos e perpassados nas comunidades quilombolas são transmitidos oralmente de geração em geração, por isso, muitas vezes, os saberes científicos não embasam todas as práticas desenvolvidas nestas comunidades. Então, a questão da pesquisa inquiriu: Qual a substancialidade em preservar as memórias e tradições orais para a conservação e valorização da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo? O objetivo geral intentou analisar como as memórias e as tradições orais foram substanciais para o processo de formação da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo. Visando possibilitar a delimitação de uma linha histórica, estabelecemos os objetivos específicos: 1) Descrever a história formacional da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo datando o ano de 2007, e, seus desdobramentos nos dias atuais; 2) Investigar como o processo de escravidão marcou a memória dos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo; 3) Verificar as transformações vivenciadas pela comunidade através do resgate de elementos históricos e depoimentos de fontes orais. Para reflexionar sobre tais questões, embasamos a pesquisa nos estudos de autores que dialogam sobre as temáticas como: Moura (2020), Mattos (2012), Arruti (2008), Almeida (2011), Munanga (2009), Fraga (2014), Costa e Filho (2014), Dias (2015), Dealdina (2020), dentre outros. No que cerne a trajetória metodológica, optamos pela pesquisa qualitativa por caracterizar aspectos que contemple um percurso subjetivo, não havendo a necessidade de quantificar dados, seguimos a abordagem interdisciplinar da História Cultural, associado a ela utilizamos a História Oral. Os métodos etnográficos e autobiográficos foram escolhidos para atender aos objetivos da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa foram os moradores da comunidade, dos mais antigos aos que estão em dinâmica de evolução junto ao grupo, além daqueles que valorizam os saberes da comunidade quilombola como um bem histórico e cultural. Por fim, possibilitar que os moradores exponham suas percepções, por meio da subjetividade é reconhecer que suas contribuições agregam para a desconstrução de histórias que foram contadas, colocando os grupos minoritários no lugar de invisíveis. As memórias e lembranças de um grupo social precisam ser concebidas como documentos históricos tão quanto são valorizados os documentos escritos, pois representam e promovem outras versões da história do lugar que, especificadamente, no caso dos grupos negros, foram descritos e colocados, em geral, a margem da história e da sociedade.

**Palavras-chave:** Comunidade Quilombola. Memórias. Tradições Orais.

ANDRADE, Thaís Oliveira. **Memorias y tradiciones orales de la comunidad quilombola de Monte Recôncavo**. p. 3 -100, 2022. Tesis (Maestría) - Universidad Estatal de Bahía, 2022.

## RESUMEN

La presente investigación buscó valorar narrativas y tradiciones orales, como elementos propositivos para la construcción y mantenimiento de la memoria colectiva de la Comunidad Quilombola de Monte Recôncavo. Se buscó promover y dar visibilidad a las narrativas contadas por los habitantes de la comunidad, con el fin de conocer la historia del lugar. Partimos de la premisa de que los conocimientos y prácticas que se producen y transmiten en las comunidades quilombolas se transmiten oralmente de generación en generación, por lo que muchas veces el conocimiento científico no sustenta todas las prácticas que se desarrollan en estas comunidades. Entonces, la pregunta de investigación planteó: ¿Cuál es la sustancialidad en la preservación de las memorias y tradiciones orales para la conservación y valorización de la Comunidad Quilombola de Monte Recôncavo? El objetivo general fue analizar cómo las memorias y las tradiciones orales fueron sustanciales para el proceso de formación de la Comunidad Quilombola de Monte Recôncavo. Con el objetivo de posibilitar la delineación de una línea histórica, establecimos los objetivos Recôncavo; 3) Verificar las transformaciones experimentadas por la comunidad a través del rescate de elementos históricos y testimonios de fuentes orales. Para reflexionar sobre estas cuestiones, basamos la investigación en estudios de autores que abordan temas como: Moura (2020), Mattos (2012), Arruti (2008), Almeida (2011), Munanga (2009), Fraga (2014). ), Costa e Filho (2014), Dias (2015), Dealdina (2020), entre otros. En el seno de la trayectoria metodológica, optamos por la investigación cualitativa para caracterizar aspectos que contemplan un camino subjetivo, sin necesidad de cuantificar datos, seguimos el enfoque interdisciplinario de la Historia Cultural, asociado a ella utilizamos la Historia Oral. Se eligieron métodos etnográficos y autobiográficos para cumplir con los objetivos de la investigación. Los sujetos de la investigación fueron los habitantes de la comunidad, desde los más antiguos hasta los que se encuentran en una dinámica de evolución con el grupo, además de aquellos que valoran el conocimiento de la comunidad quilombola como un bien histórico y cultural. Finalmente, permitir que los vecinos expongan sus percepciones, a través de la subjetividad, es reconocer que sus aportes se suman a la deconstrucción de historias contadas, poniendo a los grupos minoritarios en el lugar de invisibles. Las memorias y memorias de un grupo social necesitan ser concebidas como documentos históricos tanto como se valoran los documentos escritos, en tanto representan y promueven otras versiones de la historia del lugar que, específicamente, en el caso de los grupos negros, fueron descritas y colocados, en general, al margen de la historia y de la sociedad.

Palabras clave: Comunidad Quilombola. Memorias. Tradiciones orales.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS**

Figura 1: Mapa com o posicionamento do Recôncavo Baiano

Figura 2: Mapa com o posicionamento espacial de São Francisco do Conde na Bahia

Figura 3: Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba

Figura 4: Ruínas da Imperial Escola Agrícola da Bahia – São Bento das Lages

Figura 5: Convento Santo Antônio com plano de fundo a Baía de Todos os Santos.

Figura 6: Casa da Câmara (atual prefeitura)

Figura 7: Distrito Monte Recôncavo

Figura 8: Vista aérea do distrito Monte Recôncavo

Figura 9: Igreja Nossa Senhora do Monte mostrando a disposição das casas em seu entorno

Figura 10: Igreja Nossa Senhora do Monte

Figura 11: Praça da Igreja

Figura 12: Rua da Igreja Nossa Senhora do Monte

Figura 13: Posto de saúde

Figura 14: Cemitério

Figura 15: Escola

Figura 16: Quadra Poliesportiva

Figura 17: Rua da Igreja com colunas materializando ainda com aspectos coloniais

Figura 18: Rua

Figura 19: Casas com aspectos coloniais preservadas

Figura 20: Colunas que rodeiam casas e ruas em aspectos coloniais

Figura 21: Vista aérea do Monte Recôncavo

Figura 22: Casa da Farinha

Figura 23: Produção de dendê artesanal

Figura 24: Marisqueiras

Figura 25: Pescadores

Figura 26: Mapa Estrutural com etapas da pesquisa

Figura 27: As karetas

Figura 28: Bumba-Meu-Boi

## **LISTA DE SIGLAS**

ADCT – Ato de Disposição Constitucionais Transitórias

ADI – Ação Direta da Inconstitucionalidade

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais  
Quilombolas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAPA – Ministério da Agricultura

OIT – Organização Mundial do Trabalho

PFL – Partido da Frente Liberal

SFC – São Francisco do Conde

URD – União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 - CONEXÕES DE SÃO FRANCISCO DO CONDE COM O RECÔNCAVO BAIANO: COMPOSIÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 – Conceituando Quilombo .....</b>	<b>25</b>
<b>2.2 – Monte Recôncavo: Conhecendo o Lugar .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3 – Ser Quilombola .....</b>	<b>36</b>
<b>2.4- Titulação da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo.....</b>	<b>40</b>
<b>2.5- Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo: Representação Histórica e Territorial .....</b>	<b>44</b>
<b>3 - O PERCURSO METODOLÓGICO: BASES E SUSTENTAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
<b>3.1 - O Sentindo da Pesquisa: Um Caminho Possível .....</b>	<b>51</b>
<b>3.2 – Tipo ou Finalidade da Pesquisa .....</b>	<b>52</b>
3.2.1 - A problemática da pesquisa .....	53
3.2.2 - Os objetivos: Geral e Específicos .....	54
3.2.3 - Os sujeitos da pesquisa .....	54
3.2.4 Lócus da pesquisa.....	55
3.3 - A natureza da pesquisa .....	57
3.4 - As Técnicas e Instrumentos.....	59
3.5 - Tecendo Reflexões .....	62
<b>4 – SER, SENTIR E RELEMBRAR.....</b>	<b>63</b>
<b>4.1 – Memórias: Existências e Resistências.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2 – Organização Produtiva.....</b>	<b>69</b>
<b>4.3 – Patrimônio Cultural do Material ao Imaterial.....</b>	<b>72</b>
<b>4.4 - Heranças e Manifestações Culturais.....</b>	<b>78</b>
<b>4.5 – Tradições Oraís: Dos Causos aos Mitos .....</b>	<b>83</b>
<b>4.6 – Os Saberes Quilombola e as Práticas Ancestrais.....</b>	<b>88</b>
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

No decorrer da vida sempre nos deparamos com múltiplas experiências, que nos inquieta, nos impulsiona a buscar mais saberes, nos envolve em determinadas questões, nos prende a determinadas causas. A “introdução” é o começo de um trabalho que possibilita a leitura do outro, apresento aqui o percurso que levou a elaboração da dissertação e desenvolvimento da pesquisa, descrevendo apropriações teóricas, ajustes metodológicos e análise de dados geridos no decorrer da pesquisa que, não seria possível por outros caminhos.

Existe um esforço explícito em mostrar ao leitor (a) a exposição dos referenciais utilizados, a apresentação dos instrumentos de análise de dados elaborados, a partilha das fontes, mas, sobretudo mostrar a riqueza das narrativas construídas. Por isso, para além de descrever as teorias e metodologias dispostas nesta dissertação, esta introdução descreve as curvas dos percursos que me permitiram chegar até aqui.

Configura-se como uma escrita de si, entrelaçada por posicionamentos próprios a investidora de pesquisadora que aqui se coloca, movida pelo desejo que essa reflexão historiográfica ganhe visibilidade e alcance seus pares, pois a História é a representação que se faz da mesma, nessa tessitura é importante saber quem a elabora e como foi elaborada.

A temática direcionada as Memórias e Tradições Orais surgem da inquietação em perceber que a oralidade faz parte da vida de todo ser humano, integra os movimentos comunicativos em sociedade, porém, devido aos padrões sociais e culturais estabelecidos por uma sociedade grafocêntrica, as interações comunicativas baseadas na oralidade são desvalorizadas. Além do mais, a história oficial de muitos lugares foi estabelecida, contada e recontada a partir do ponto de vista dos colonizadores.

As sistematizações criadas pelos colonizadores legitimaram apenas as suas ideias de humanidade, como verdade única e absoluta, o modelo de sociedade a ser seguido. A invisibilidade, a tentativa de apagamento dos grupos minoritários e o desconhecimento dos saberes produzidos por esses grupos sociais, como os quilombolas que, foram deixados a margem da sociedade, muitas vezes, nos leva a

achar equivocadamente que as comunidades que valorizam e mantêm as tradições orais não conhecem a sua história ou não produzem conhecimentos válidos.

Conheci a Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo de forma despretensiosa, ouvindo as narrativas dos moradores de Jabequara da Areia, área rural de São Francisco do Conde - BA, localidade onde exerço a função de coordenadora pedagógica em uma escola da rede municipal desde 2017. Ao chegar ao município me deparei com uma realidade cultural totalmente diferente das relações estabelecidas em Ilhéus (sul da Bahia), onde trabalhei anteriormente como docente e, em Itapetinga (sudoeste da Bahia) minha cidade natal.

O choque cultural foi impactante, então, procurei conhecer a história da cidade para compreender a realidade da comunidade, cuja escola que trabalho está inserida. Diante das experiências e demandas profissionais que são estabelecidas no município, houve a necessidade de estudar e aprofundar meus conhecimentos sobre temáticas direcionadas a cultura afro-brasileira.

Apesar de não ser licenciada em História, ser formada em Pedagogia e licenciada em Letras Vernáculas, o ingresso no curso de pós-graduação, *stricto sensu*, em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras permitiu a ampliação do meu campo conceitual e intelectual, das minhas experiências. Angariei conhecimentos que potencializaram a pesquisa e estão sendo aplicados na minha área de atuação profissional, ou seja, a educação.

A função de coordenadora pedagógica no espaço franciscano impôs uma jornada: conhecer a história de São Francisco do Conde. Realizando leituras sobre a formação do município notei que sua história é pautada na vida dos condes e barões portugueses. A história oficial contada de geração em geração é centrada na visão de mundo do colonizador.

Tais entendimentos fez florescer o desejo de enaltecer o saber popular, valorizar as tradições orais, enquanto elementos essenciais para a construção, reconstrução e manutenção da memória coletiva, então, escolhi como *locus* da pesquisa a Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, almejando assim, alcançar novos espaços e dar visibilidade as narrativas contadas pelos moradores deste lugar. A curiosidade em relação ao processo formacional do Monte Recôncavo, a comunidade quilombola que lá se formou, seu modo de vida, história, arcabouço cultural, cresceu e através do curso de mestrado se materializou na pesquisa.

Acredito que a história de cada lugar precisa também ser contada pela voz dos moradores, precisa ser conhecida e colocada em evidência, para além dos padrões categorizados na sociedade, pois elas importam e tem poder de transformação. Dar voz aos moradores das comunidades quilombolas é reconhecer que suas contribuições agregam para a desconstrução de histórias que foram usadas para desumanizar, invisibilizar, marginalizar os grupos minoritários. A partir das reflexões citadas surge a questão da pesquisa: Qual a substancialidade em preservar as memórias e tradições orais para a conservação e valorização da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo?

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa intentou analisar como as tradições orais e a memória foram substanciais para o processo de formação da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo. Além do objetivo citado, visando possibilitar a delimitação de uma linha histórica, estabelecemos os objetivos específicos: 1) Descrever a história formacional da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo datando o ano de 2007, e, seus desdobramentos nos dias atuais; 2) Investigar como o processo de escravidão marcou a memória dos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo; 3) Verificar as transformações vivenciadas pela comunidade através do resgate de elementos históricos e depoimentos de fontes orais.

A pesquisa tem relevância, pois a sabedoria popular, a história, a literatura, a cultura popular, as tradições orais, as memórias são elementos que se associam para formar a história de um lugar. A validação da memória e das tradições orais servem de ligação entre velhas e novas gerações, possui substancial dever de reforçar relações entre comunidade e sujeitos, construindo uma teia de transmissão de conhecimentos que valorizam o saber popular e o modo de vida ressignificado pela experiência através da palavra.

A organização da pesquisa foi estruturada em seções. A segunda seção resulta da pesquisa bibliográfica e documental. Fizemos um recorte do Recôncavo da Bahia, percorrendo sobre o processo formacional e histórico desta região. Território, no qual foi desenvolvida uma agroindústria açucareira fundada na sistematização de uma sociedade escravista.

No contexto direcionado a complexidade do sistema escravista, dialogamos sobre a formação, compreensão e conceituação do termo quilombo e sua

complexidade, pois juntamente com o sistema escravista surgem formas de resistências que se transmutaram na formação de mocambos e quilombos.

Desse modo, houve a necessidade de conhecer o processo formacional do Monte Recôncavo, assim, descrevemos o surgimento deste lugar e seus desdobramentos históricos. Seguidamente, levantamos uma discussão pertinente sobre como é desafiador ser quilombola no Brasil.

Contudo, discorremos sobre como foi o processo de autorreconhecimento e reconhecimento da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo até a titulação pela Fundação Cultural Palmares. Fechamos a seção descrevendo o elo existente entre comunidade e território, tornando substancial que se transcenda a referência baseada apenas em dois elementos: fuga e resistência.

A fundamentação do conteúdo desta seção foi embasada em pesquisadores e estudiosos que debatem sobre as questões descritas nos subtítulos, como: Moura (2020), Mattos (2012), Arruti (2008), Almeida (2011), Munanga (2009), Fraga (2014), Costa e Filho (2014), Dias (2015), Dealdina (2020), dentre outros.

Na terceira seção descrevemos o percurso metodológico, perfilhamos os métodos que possibilitaram a coleta de informações e dados no decorrer da pesquisa. Pautamos a pesquisa na abordagem qualitativa, utilizamos o método etnográfico que permitiu a descrição de um sistema de significados culturais e sociais da realidade pesquisada.

A História Oral também foi um dos métodos destinado a investigar o cotidiano dos participantes da pesquisa e seus relatos orais, juntamente com as narrativas autobiográficas nos possibilitou potencializar os diálogos entre o individual, o coletivo e o sociocultural. Os procedimentos técnicos foram ancorados na observação, nas narrativas autobiográficas e questionários, entretanto, as técnicas e instrumentos da pesquisa tiveram que ser readaptados para atender as configurações da pandemia do COVID-19.

O objetivo da quarta seção foi apresentar a interpretação e análise do material coletado no período da pesquisa de campo. Analisamos as memórias dos sujeitos da pesquisa no que tange a fundação do Monte Recôncavo e da comunidade quilombola, bem como as tradições, os fazeres e os saberes em comunidade, para isso, analisamos as narrativas de vida que foram colhidas através dos diálogos estabelecidos, sempre refletindo sobre como as tradições orais e as memórias foram

substanciais para a preservação das comunidades quilombolas. A junção das narrativas autobiográficas com a História Oral permitiu a organização dos dados que foram geridos por meio da transcrição das narrativas e questionários.

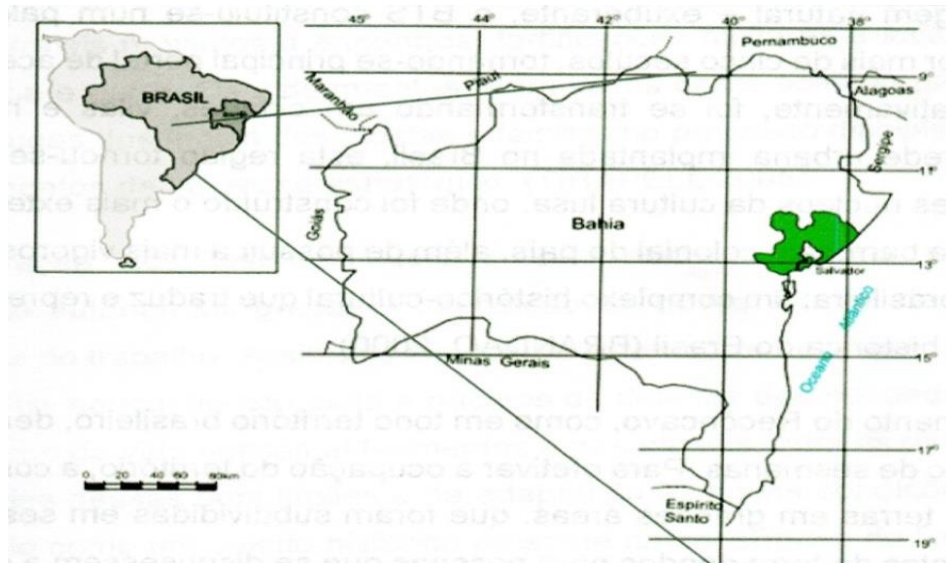
Por fim, a pesquisa nos mostrou que as tradições africanas sofreram e ainda sofrem muito preconceito, devido à visão de mundo eurocêntrica, estabelecida por um saber científico hegemônico e elitista em uma sociedade grafocêntrica. Concluímos que as relações dos povos africanos e afrodescendentes têm na palavra, na tradição oral e na memória um conjunto de possibilidades que permitem a marcação e compreensão da nossa ancestralidade e origem, assim como são elementos propulsores de preservação, existência e resistência das comunidades quilombolas.

## **2. CONEXÕES DE SÃO FRANCISCO DO CONDE COM O RECÔNCAVO BAIANO: COMPOSIÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO**

“Um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes”.

Marcus Garvey

No Nordeste do Brasil um enorme esteiro de mar apoderou-se da costa, originando a Baía de Todos os Santos, conforme as águas tranquilas e azuis da Bahia acometiam a costa, foram formando ilhas, baías e recôncavo. Os Municípios que estão dispostos na região do Recôncavo Baiano envolvem a Baía de Todos os Santos.



**Figura 1:** Localização do Recôncavo.

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia, 2002. Adaptado por Dias (2015).

De início, os indígenas eram o único povo que habitava e prevalecia no espaço territorial antes da chegada dos portugueses, segundo Schwartz (2018, p. 227) “todas as áreas do Brasil colonial fizeram uma transição da escravidão indígena para africana”, logo, o povo escravizado em território brasileiro foram os indígenas, já que os negros chegaram posteriormente e, já viviam relações de escravidão em outros sistemas escravistas nas Américas ou na África.

Por meio da ocupação sistêmica do território brasileiro e a implantação de um sistema econômico estruturado pelos portugueses, houve a necessidade de reunir um grande número de trabalhadores que realizassem trabalhos braçais. A mão-de-obra indígena foi utilizada em grande escala no Brasil colonial, sendo substituída pelos escravos africanos em meados do século XVII de forma gradual.

De início, o habitante nativo, ou seja, o índio, foi escolhido para tal fim, mas logo foi substituído pelo escravo africano, tornando-se um dos braços dessa empresa colonial. É com base na utilização dessa força de trabalho que se alcançaria o objetivo da colonização, isto é gerar lucros para a metrópole (MATTOS, 2012, p. 63).

O povo indígena passou pelo processo de escravidão por ter sido um grupo singular no Novo Mundo formado por um enorme quantitativo. O trabalho indígena era mais barato, entretanto, inúmeras condições os tornavam insustentáveis. Os costumes culturais era a primeira impossibilidade, os indígenas sobreviviam do uso da terra através da subsistência, geravam suas vidas de forma simples, não estavam acostumados a uma rotina ancorada na produção constante. O costume cultural indígena direcionado ao trabalho na lavoura era realizado pelas mulheres.

A segunda condição pode ser estabelecida pelas questões demográficas, a redução drástica dos indígenas do litoral aconteceu à medida que a colonização adentrava em seu território, muitas doenças foram trazidas pelos europeus e os conflitos gerados entre colonizadores e indígenas, levaram milhares à morte.

As fugas e as interferências dos jesuítas também foram fatores preponderantes, os nativos conheciam seu território, quando fugiam raramente eram recapturados e os jesuítas objetivavam catequizar os indígenas. O declínio da mão-de-obra indígena levou os colonizadores a optarem pela escravidão dos negros trazidos de África. “Primeiramente indígenas e africanos trabalharam juntos. Com o tempo, porém, e com os altos ganhos que o tráfico de almas conferia, a escravidão africana prevaleceu” (Schwartz, 2018, p. 23).

O serviço realizado pelos indígenas foi mantido pelos negros africanos. Conseqüentemente, aos povos indígenas e portugueses que aqui conviviam juntaram-se os negros africanos, oriundos de diversos grupos étnicos, trazidos de África para servir de mão-de-obra escrava no Brasil.

A principal base desses territórios, durante séculos, inclusive no Recôncavo Baiano, representou um conjunto complexo baseado no sistema escravista de produção, nos quais, suas organizações produtivas foram fincadas na descomedida exploração agromercantil<sup>1</sup>. O conglomerado Salvador – Recôncavo, historicamente, estruturou sua economia colonial na comercialização do açúcar produzido em suas terras, assegurando o sistema capitalista imposto por Portugal.

Diante das estruturas enraizadas na economia colonial açucareira, aconteceu o desenvolvimento econômico do lugar. Vários engenhos foram construídos na região e povoados, transformados em vilas e cidades, posteriormente, deixando um enorme

---

<sup>1</sup> Conjunto das relações de produção centrada na monocultura para a exportação.

legado histórico-cultural e patrimonial, expostos pelos elementos simbólicos, monumentais e materiais existentes.

O domínio senhoril estruturado no sistema escravista, na área açucareira, deu vida aos maiores engenhos da Bahia, localizados ao redor da Baía de Todos os Santos no Recôncavo. Os habitantes de Salvador e dos distritos rurais dos municípios de São Francisco do Conde, Cachoeira e Santo Amaro estruturaram as privilegiadas áreas produtoras de cana-de-açúcar.

A disposição do território e a ordenação do espaço da população da região foram mantidas por meio do serviço rural. Enquanto, elemento agroexportador, a cana-de-açúcar mostrou-se favorável ao cultivo e desenvolvimento da plantação devido à fertilidade do solo massapé<sup>2</sup>. Logo, com a crescente produção de cana-de-açúcar, outras áreas foram agregadas gerando uma reestruturação espacial.

Os senhores de engenhos utilizavam a produção e cultivo da cana-de-açúcar como centro de desdobramento territorial na colônia, de formação econômica e social, baseada no estratagema de grande lavoura. A concentração de terras, rendas, produção, exportação do açúcar, mão-de-obra escrava, agruparam-se ao sistema mercantil e capitalista corrente na época, estabeleceu uma regência senhorial baseada na especificidade socioeconômica e cultural do engenho de açúcar.

A égide de sustentação da ação produtiva da região estruturou-se no latifúndio, no engenho, na monocultura e na mão-de-obra escrava. De acordo com Fraga (2014) no começo do século XIX, cerca de 90% dos engenhos estavam dispostos nas comunidades rurais dos municípios de São Francisco do Conde, Cachoeira e Santo Amaro, os senhores controlavam e dominavam 80% das terras disponíveis, entretanto, no “Recôncavo, não se cultivava apenas cana-de-açúcar, a variedade de solos permitiu ampla diversidade de gêneros agrícolas, entre os quais fumo, mandioca, feijão e outros” (FRAGA, 2014, p. 27).

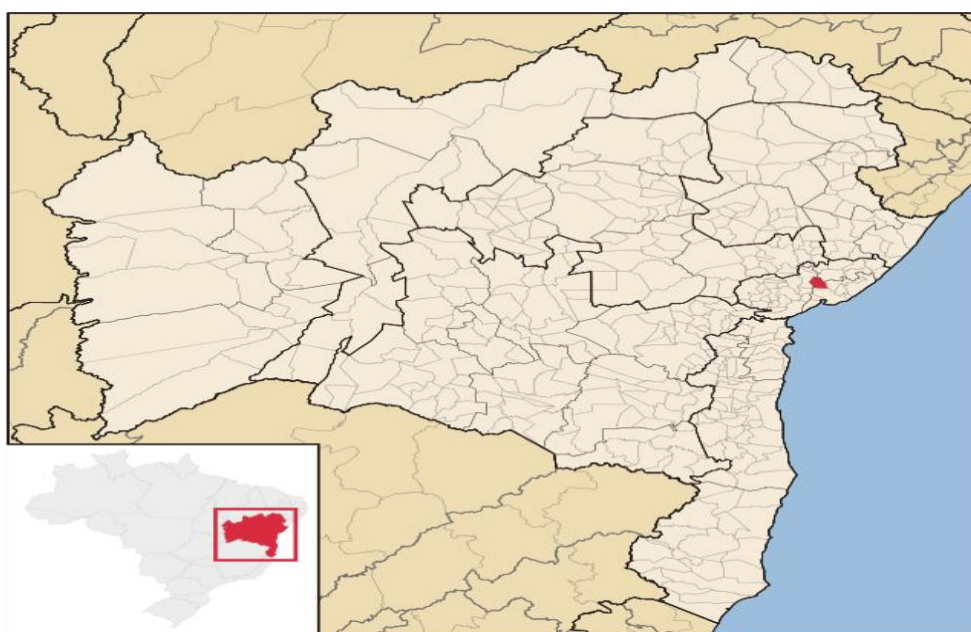
O cultivo de diversos gêneros alimentícios possibilitava o abastecimento de Salvador e demais eixos urbanos da região. A Baía de Todos os Santos se desenvolveu para além da configuração estruturada unicamente no engenho e produção de cana-de-açúcar. “Nos últimos anos do século XIX, o Recôncavo era a

---

<sup>2</sup> Solo de textura argilosa formado pela decomposição de rochas, muito presente na região do Nordeste. O solo massapé é fértil e muito utilizado na plantação de cana-de-açúcar.

região economicamente mais importante da província. Era também a mais densamente povoada e a que tinha maior número de escravos” (FRAGA, 2014, p.28).

O município de São Francisco do Conde faz parte dos ordenamentos disposto no território do Recôncavo Baiano, fazendo parte dos fundantes baseados na escravidão, enquanto delineamento espacial se formou às margens da Baía de Todos os Santos, surgindo a partir da edificação do Engenho Real de Sergipe do Conde, supervisionado por Mem de Sá, no ano de 1563, tornou-se referência elementar como patrimônio cultural do Estado da Bahia, devido ao seu contexto histórico e contribuições na luta pela Independência da Bahia.



**Figura 3** – Localização de São Francisco do Conde na Bahia.

Fonte: [https://www.wikiwand.com/pt/S%C3%A3o\\_Francisco\\_do\\_Conde#/google\\_vignette](https://www.wikiwand.com/pt/S%C3%A3o_Francisco_do_Conde#/google_vignette)

A representação cartográfica mostra a localização de São Francisco do Conde, possibilitando observar que no Recôncavo Meridional repousa a terra dos antigos engenhos de açúcar, das igrejas, convento, primeira Escola de Agronomia da América Latina, sobrados seculares e tantas outras fontes históricas, materiais, imateriais e patrimoniais.

A história de São Francisco do Conde começa a partir de uma sesmaria em 1552. A nomenclatura Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde dada ao município foi uma forma de homenagear o padroeiro da cidade, os padres franciscanos e o conde Fernão de Noronha, marido de Firmina de Sá, filha do 3º governador-geral do Brasil, Mem de Sá. No ano de 1618, por mando do Conde de

Linhares, construíram no cume de um monte, um convento e uma igreja, onde, com o passar do tempo foi formada a cidade de São Francisco do Conde.

O território da cidade foi conquistado pelo domínio português, aconteceu através de várias guerras travadas contra as populações indígenas que habitavam as margens dos rios Jaguaribe e Paraguaçu. Em 30 de março de 1938 a Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde foi sublimada a categoria de cidade, intitulada São Francisco do Conde, ou seja, foi “elevada à categoria de cidade pelo decreto estadual de 30 de março de 1938, passando a denominar-se São Francisco do Conde em 1943” (DIAS, 2015, p. 50).

No passado, a cidade adquiriu riqueza plantando cana-de-açúcar iniciando o desenvolvimento econômico do território. A exportação e produção do açúcar marcam a história de São Francisco do Conde do século XVI ao XIX, o município comporta acervo patrimonial do período colonial.

As imagens abaixo representam uma parte do legado histórico e patrimonial da cidade de São Francisco do Conde, lugar que ainda guarda um dos mais ricos conglomerados arquitetônico e histórico do Recôncavo.



**Figura 4:** Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba.  
**Fonte:** Prefeitura Municipal



**Figura 5:** Ruínas Imperial Escola Agrícola da Bahia-São Bento das Lages. **Fonte:** DA SILVA (2012).



**Figura 6:** Convento Santo Antônio com o plano de fundo a Baía de Todos os Santos.  
**Fonte:** Blog Perola do Recôncavo (2012).



**Figura 7:** Casa da Câmara (atual prefeitura de SFC)  
**Fonte:** [https://unilab.edu.br/historias\\_sfc/](https://unilab.edu.br/historias_sfc/)

Atualmente, São Francisco do Conde ordena três distritos: SFC (Sede), Monte Recôncavo e Mataripe, na parte insular dispõem das ilhas: Bimbarras e Cajaíba registradas como particulares, Fontes e Paty de domínio público. O município foi repartição do império açucareiro, pois o açúcar configurava-se como o “ouro branco”<sup>3</sup> deste território, no subsolo jazia o “ouro negro”<sup>4</sup> que mais tarde se tornou o sustento econômico do município.

As atividades econômicas centrais, a partir do século XX, foram pautadas na extração, refino e processo do petróleo. Na área cultural aglomera manifestações culturais populares afro-brasileiras do Recôncavo Baiano. Para além das paisagens e patrimônios coloniais, a real base histórica, social e cultural do município de São Francisco do Conde gerou singularidades na cultura e vivências da população local.

A sistematização econômica firmada na divisão territorial impulsionou a composição de uma sociedade sustentada em aspectos senhorial<sup>5</sup>, constituída pela parte trabalhadora: escravos e pessoas livres. Obteve visibilidade na região por possuir grande contingente populacional de pretos e pardos.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam-se no território como um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na existência da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/ temporalidades/ territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p.28).

<sup>3</sup> Nomenclatura direcionada ao açúcar, a riqueza produzida nos engenhos locais.

<sup>4</sup> Termo utilizado para definir o petróleo existente no subsolo franciscano.

<sup>5</sup> Sociedade cujos senhores mantinham o poder em relação aos escravos.

A sistematização da escravidão fez parte de uma organização que ultrapassou o sistema econômico. Dentro das relações e lógicas escravistas moldaram condutas, estruturaram hierarquias raciais e sociais, engendraram valores, sentimentos e padrões de subserviência. Interessante notar que, atualmente São Francisco do Conde possui índices populacionais compostos de pretos e pardos com vivências passadas que podem ser lembradas através das memórias e lembranças.

O território franciscano dispõe e guardam heranças africanas que são traduzidas na dança, história, culinária, artes plásticas, monumentos e outros símbolos materiais e imateriais que estão ligados a cultura da região, formando um território afrodescendente consistente e fortificado.

Vale destacar, a extensão do distrito do Monte Recôncavo, visto que este povoado se materializa como um espaço extraordinário, composto por indivíduos afrodescendentes que se apoderam dos traços culturais, sociais, econômicos, políticos do território que fazem parte, além de formar em seu espaço físico a Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo.

Dessa forma, tomamos como elementar, direcionar os olhares para os grupos que emergiram da escravidão, tentando perceber como aconteceu o formato modificador que dirigiu suas vidas em meio às incertezas e as imposições limitadoras de uma sociedade que ainda propaga e está assentada nas mais profundas desigualdades socioeconômicas e raciais.

A sustentação dos recursos simbólicos e materiais das comunidades formadas no período da escravidão foram essenciais para a construção de estratégias de sobrevivência, após o fim do cativeiro e da escravidão, especialmente quando os ex-escravos buscaram ampliar alternativas de vida fora e dentro dos antigos engenhos na Bahia.

Historicamente, os africanos contribuíram para a formação do povo brasileiro, atuaram desenvolvendo saberes milenares em todos os setores da economia produtiva e doméstica. A cultura popular no Brasil, excepcionalmente a baiana descende da mistura racial e cultural, cuja miscigenação perpassa pelos índios nativos, brancos portugueses e negros africanos que esquadriharam ascendências e influências, engendraram uma cultura diversificada, rica e original.

O povo africano e seus descendentes aparecem como categoria de direito desde a Constituição Federal 1988, mas para além de serem somente categorizadas

nas normatizações, as localidades povoadas por quilombolas precisam ser respeitadas e reconhecidas, pois representam o patrimônio material e imaterial da formação do povo brasileiro. Para tanto, o respeito e reconhecimento só acontecerão por meio do entendimento e conhecimento do que eles são e representam, enquanto, grupos que emergiram da escravidão e como se formaram pós-abolição.

## 2.1 Conceituando Quilombo

O contexto histórico da formação e conceituação sobre quilombos e suas obstinações precisam ser compreendidas e reconhecidas. A expressão quilombo de acordo ao significado da palavra é originada da língua Bantu. No Brasil sua origem foi construída a partir dos grupos étnicos que foram escravizados como: lunda, mbundu, imbangala, ovimbundu. A composição dos quilombos aconteceu na era escravocrata e perpassou a pós-abolição, provindo das estratégias dos escravos em busca de liberdade e sobrevivência.

Dispersos por todo o Brasil, as comunidades rurais e remanescentes de quilombos vão surgindo em constante multiplicação, fundadas na continuidade de um longo processo histórico de escravidão, formou-se nos primeiros anos de pós-emancipação, décadas em que diversas comunidades de fugitivos da escravidão (indígenas, negros, desertores e outros) se juntaram após a migração dos escravos.

As comunidades de fugitivos da escravidão desenvolveram histórias complexas de ocupação agrária, formação de territórios negros, cultura, ancestralidade, pautada na luta, apropriação e manejo coletivo da terra. O processo de desenvolvimento dos grupos negros em formar comunidades quilombolas contemporâneas com reconhecimento e direitos tornaram-se bastante complexos.

De acordo a Munanga (2009) a palavra quilombo é uma forma adaptada para a língua portuguesa da palavra africana Kilombo, desvela uma organização sócio-política militar que era presente na área geográfico-cultural Congo-Angola. Apesar de ser de origem bantu não foi impedida de receber influências diversas, unindo africanos (as) de vários meios regionais e culturais.

Acredita Munanga, que o quilombo afro-bantu, reconstruiu-se em terras brasileiras através das lutas e objeções ao sistema escravista. Os quilombos se

formaram no período colonial como organização coletiva dos africanos e seus descendentes de escravos, agregaram também indígenas e brancos economicamente miseráveis.

Ressalta Munanga (1995) que aqui no Brasil o quilombo é uma réplica do quilombo africano, reconstruído pelos escravos para se rebelar a ordem escravista. Inicialmente, os quilombos no Brasil, seguiram as organizações dos territórios africanos, eram transformados em lugares de prelúdio à luta e a resistência, através da junção de africanos de diferentes lugares e proposições culturais.

Segundo Almeida (2011) no final do século XX tem início o esquema de um campo conceitual sobre quilombo, levando em consideração os múltiplos elementos operacionais como fator de partida para situações sociais específicas, tendo como meta a validação da terra e a afirmativa representação desses grupos sociais.

A primeira vez que a palavra quilombo foi utilizada partiu do Conselho Ultramarino Português, datando o registro normativo no século XVII, em 02 de dezembro de 1740. A legislação aplicava a definição de quilombo como qualquer lugar onde existisse morada de escravos que tinham fugido e ultrapassasse o quantitativo de cinco negros fujões, mesmo que não tivesse taperas estruturadas e não se achasse pilões dispostos. “O termo quilombo só aparece na documentação colonial no final do século XVII. Em geral, a terminologia usada antes era mocambo” (GOMES, 2015, p.11).

O historiador Stuart Schwartz (1988) afirma que no decorrer do século XVIII, na documentação colonial, as comunidades formadas por escravos fugidos eram denominadas de mocambos na Bahia e de quilombos em Minas Gerais. Sendo que a designação para mocambos foi caracterizada como estrutura que ergue casa e posteriormente foram chamadas de quilombos tratados como acampamentos.

Nessa configuração, aqui no Brasil, bem como em grande parte das Américas, no qual existia a organização escravista, esses entendimentos foram concebidos como forma de protesto dos escravos às premissas habituais nos quais estavam sendo sujeitados.

O significado de quilombo para a legislação colonial era apenas o reconhecimento da repressão. “A quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos” (MOURA, 2020, p.23).

Em suma, os escravos compuseram a classe dos oprimidos e os senhores a parte dominante e opressora, estratificando a sociedade em duas classes que estava a todo o momento colidindo, na dinâmica da colisão os negros resistiam ao posto de escravos, rebatendo a condição de oprimido, arquitetando diversas formas de resistência, com o intuito de se protegerem socialmente, historicamente e até mesmo biologicamente do sistema que os oprimiam.

Enfatiza Arruti (2008) que com a implantação da República, o conceito de quilombo não expira, porém sofre modificações profundas de ressemantizações, deixando de ser utilizada como ordem repressiva para atuar como oposição a ordem estabelecida. O termo quilombo e suas definições tratam de uma categoria em disputa tornando-se uma problemática no meio acadêmico e entre historiadores, antropólogos, inclusive para o parlamento e especificações normativas. De acordo ao estudioso a expressão quilombo passa por ressemantizações assentadas em três formas prevaletentes.

A primeira forma de ressemantização está ligada a noção de quilombo como resistência cultural, posicionando a cultura negra como temática central, essa representação torna-se palpável desde 1905 com o estudo de Nina Rodrigues, visto que caracterizaram Palmares como o molde de constância da África no Brasil, os estudos sobre a égide da compreensão do universo africano no meio do território brasileiro (RODRIGUES, 1977).

A segunda onda de ressemantização está vinculada ao entendimento de resistência política, neste plano, o pensamento se baseia na relação entre classe dominante e classe popular. O quilombo de Palmares serve de modelo para representar a luta e a resistência popular. O quilombo é ligado à convicção cuja condição popular se agiganta frente à ordem dominante, objetivando destruí-la e, criar uma revolução social da classe popular dominada.

No terceiro plano de ressemantização o Movimento Negro se destaca, pois o quilombo ganha título e considerações de resistência negra por meio das lutas travadas. Assim, “quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980).

Os desdobramentos do conceito de quilombo possibilitam várias interpretações. As definições direcionadas ao termo quilombo são múltiplas, desde a

postulação de quilombo histórico baseado em uma visão histórica do quilombo de Palmares até as formulações e reformulações dos “quilombos contemporâneos” ou “remanescentes de quilombos”, logo, isso tem influência no desenvolvimento do processo formacional das comunidades quilombolas.

A prerrogativa de diversas comunidades não terem se formado a partir da concepção originária de escravos fugidos não impossibilita o seu reconhecimento. “Assim, a categoria remanescente de quilombos não se referiria as sobras do passado, nem a uma cultura congelada no tempo, mas à utilização dessa forma de identificação por coletividades em busca de reconhecimento no presente” (MELLO, 2012, p.43).

A origem existencial do quilombo que ainda reside em seus territórios étnicos são específicos de cada realidade comunitária. As convicções baseadas no isolamento geográfico, muito expandida pela historiografia clássica, não é a realidade de todos os quilombos, bem como o formato de ocupação territorial não aconteceu somente com a ocupação de escravos fugidos. O significativo espaço dos territórios quilombolas na atualidade são resultados da compra de terras por escravos libertos ou alforriados, de acordo as questões patrimoniais, doação de antigos senhores de escravos e terras devolutas.

A conceituação de quilombo contemporâneo amplia os aspectos sociais, entretanto, não despreza os fatores étnico-raciais. A conceituação encontra-se de acordo ao Decreto 4.887/03 que estabelece os parâmetros para reconhecimento, identificação, demarcação e titulação do atributo territorial ocupados por quilombolas. O decreto 4.887/03 no art. 2º conceitua:

Os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Diante do estabelecido, supõe-se através dessa definição, a não exigência que os territórios quilombolas sejam formados apenas por sujeitos negros ou que estejam vinculados a ideia de escravos ou seus descendentes, ainda que exista a possibilidade de ocorrer conjecturas voltadas a ancestralidade negra referente aos processos históricos que envolveram opressões sofridas e resistências ocorridas.

Em tempos passados o termo quilombo estava voltado à conquista pela liberdade, na contemporaneidade se refere à luta pela terra, tais proposições ganharam força a partir do art. 68, determinado no Ato de Disposições Transitórias da

Constituição Federal de 1988, que designa “aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL, 1988).

As comunidades quilombolas reivindicam seus territórios, além de lutar por seus direitos, garantidos pela legislação em vigor, pautados na diversidade cultural, histórica, econômica, social e política. Entretanto, alguns críticos visando desestruturar a disposição dessa identificação, apontam que diversos grupos, hoje reconhecidos como quilombolas, não se reconheciam em um passado recente. Levantando a discussão que muitas comunidades “se revelaram” e “se converteram” quilombolas por ser uma situação vantajosa.

Infelizmente, hoje a afirmação da identidade quilombola é alvo de oportunistas que, para se beneficiarem de políticas públicas de ação afirmativa, mentem sobre pertencer a esses grupos que permaneceram historicamente à margem do sistema jurídico e social (DIAS, 2020, p. 78).

Na visão da advogada popular do CONAQ<sup>6</sup>, Vercilene Francisco Dias, existem sujeitos que se apropriam do status de quilombola para beneficiar-se das políticas públicas voltadas a essa parcela populacional, mas ressalta que cabem as comunidades e o sistema jurídico embargarem as situações de oportunismo.

A afirmação de pertencer ou ser quilombola precisa estar ligada aos elementos simbólicos e vivos moldados nos corpos e na história desses grupos que sofreram danos de exclusão social sistemático. As comunidades negras não se apropriam da representação quilombola buscando vantagens. Os sujeitos se agrupam a comunidade através das experiências compartilhadas, se identificam com o fazer coletivo, seus trajetos e caminhos percorridos com o grupo. As vantagens, nas quais, os críticos questionam são direitos garantidos e estabelecidos pelas legislações.

Determinadas abordagens apenas demonstram o quanto é custoso ser quilombola no Brasil, já que algumas colocações ignoram o fato atual de que a identificação e formação de uma comunidade quilombola são pautadas nas experiências e vivências históricas desses grupos, podendo desprender-se de várias etnias, etnografias e nem mesmo o setor político, jurídico, nem as normatizações principais são suficientes para estabelecer singularmente a sua definição.

---

<sup>6</sup> CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas).

A adesão e o sentimento de pertencimento dos diversos grupos à condição de remanescente de quilombos demonstra que ficamos diante de múltiplas auto definições, referidas às situações sociais. Então, os antropólogos, historiadores, pesquisadores precisam investigar etnograficamente em que condições um grupo social ou determinada comunidade se reconheceram ou se descobriram quilombola.

## 2.2 Monte Recôncavo: Conhecendo o Lugar

O distrito do Monte Recôncavo surgiu da antiga freguesia<sup>7</sup> de Nossa Senhora do Monte, construída na Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde. A região, onde está situado o distrito, compõe uma das mais antigas áreas de ocupação do Brasil, já que as primeiras investidas para a povoação do lugar datam os meados do século XVI.

O distrito do Monte Recôncavo está posicionado geograficamente no ponto mais alto da Baía de Todos os Santos. No passado o lugar serviu como ponto estratégico para as sinalizações das guerras e conflitos na luta pela Independência da Bahia. Nas imagens abaixo podemos observar o posicionamento geográfico e a disposição do distrito.



**Figura 8:** Distrito do Monte Recôncavo.

Fonte: FR STUDIO (2018).

---

<sup>7</sup> Agrupamento ou povoação paroquiana.



**Figura 9:** Vista aérea do Distrito do Monte Recôncavo. Fonte: Google Earth.

1 – IGREJA NOSSA SENHORA DO MONTE	6 – CEMITÉRIO	11 – CAMPO DE FUTEBOL
2 – CASA DA IRMANDADE	7 – ESCOLA DUQUE DE CAXIAS	12 – CASAS POPULARES
3 – CASA DA FARINHA	8 – POSTO MÉDI CO	13 – ACESSO AO DISTRITO MONTE RECÔNCAVO
4 – PRAÇA DA IGREJA	9 – PRAÇA NOVA	14 – BA 525
5 – ESCOLA JOSÉ A. BULÇÃO	10 – CENTRO EDUCACIONAL	

Historicamente, os povoados criados pelo governo português no início dos movimentos da colonização sempre levava em consideração os anseios colocados pelo poder eclesiástico, isto é, a origem dos conjuntos urbanos no período colonial tem íntima ligação com a construção patrimonial religiosa, através do surgimento de locais públicos utilizados por todos, especificadamente quanto à anuência da terra e sua efetiva obtenção.

Segundo Dias (2015) os vários povoados surgiram a partir da doação de terras para que uma capela fosse construída e se realizassem as atividades sacramentais. O patrimônio construído em terras doadas para a igreja era estruturado na ideia de que ao redor das capelas surgiriam casas e que os moradores pagariam para usá-las, caso essa sistemática não ocorresse, à autoridade eclesiástica não aceitariam tais condições.

A ideia central era pautada na conquista de lucros posteriores, visto que o morador que fosse construir sua casa ao redor da capela também utilizaria as terras que foram doadas para o plantio ou pecuária. O patrimônio erguido para esse fim em terras montenses foi a Igreja Nossa Senhora do Monte (Figura 10).



**Figura 10:** Igreja Nossa Senhora do Monte. Fonte: ASSCOM Câmara (2017).

As doações das terras para a igreja tinham um vínculo muito forte com questões religiosas, os doadores buscavam a salvação de suas almas, o perdão de seus pecados e dos seus descendentes, bem como visavam o privilégio em ser enterrados no altar-mor da Igreja. Além desses tantos benefícios estavam inclusos as aquisições econômicas que aconteciam com o pagamento do foro, pago pelos moradores nas terras doadas para a Igreja.

O povoado do Monte Recôncavo surge dessa égide, estabelecida pelo processo de colonização. O povoado segundo Costa (2007) foi estabelecido no ponto mais alto da região, o Monte Tamari, situado a 180m acima do mar, local onde foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Monte. (Figura 11).



**Figura 11:** Igreja Nossa Senhora do Monte 2021. Fonte: Acervo da pesquisadora (2021)

A comunidade era nomeada como Freguesia de Nossa Senhora do Monte até o século XIX, a partir da divisão do território dos municípios situados na Bahia, em 1911, a freguesia ganha outro nome e começa a ser chamada de Monte Recôncavo (SEPLAN, 2006). Denominada primeiramente de Freguesia de Nossa Senhora do Monte, sendo a sociedade colonial no Brasil escravista, existia a hierarquização das classes sociais que viviam de maneira conflituosa, então, o papel da Igreja era controlar a população.

A Igreja exercia suas funções baseadas no poder, no qual efetivava o regime de imposição através de seus sacramentos<sup>8</sup>. Aponta Vide (1719) que os sacramentos eram obrigatórios e estabelecidos por leis canônicas que dirigia a vida do cristão. O intuito era controlar as tensões entre a população de maneira eficiente. A Igreja Católica, então, dividia o território físico-espacial em núcleos menores que chamavam de freguesia.

A freguesia era o lugar onde moravam os fregueses, isto é, os filhos da igreja, sendo de responsabilidade de um membro eclesiástico administrar a igreja matriz e tudo que estava em seu entorno, onde aconteciam às atividades sociais e religiosas (MARX, 1991). A Igreja Católica teve muita influência na formação da população do Monte Recôncavo, existia um forte elo entre a Igreja e o Estado Português, a sistematização da colonização condicionou a formação dos conjuntos urbanos e estruturais da região.

O território do Monte Recôncavo caracteriza-se como espaço de procedência tradicional, cujo centro da população se originou a partir do conjunto populacional disposto nos arredores da Igreja Nossa Senhora do Monte, produzidas e construídas pelas mãos de escravos no século XVII.

No ano de 2007, o Monte Recôncavo foi reconhecido através da Fundação Cultural Palmares como território quilombola, espaço onde os moradores conservam a cultura ancestral, as tradições e crenças. O lugar é repleto de traços culturais, revelados e representados nas manifestações culturais, culinária, religiosidade, costumes, narrativas e modo de vida singular.

---

<sup>8</sup> O sacramento católico são rituais doutrinários destinados aos fiéis para o recebimento da graça de Deus, renovando, assim, a salvação da humanidade.

Atualmente, o Monte Recôncavo, constitui-se como distrito do município de São Francisco do Conde, onde se distancia apenas por 6km de distância da sede, sendo composta por cinco povoados, são eles: Paramirim, Coroado, Vencimento, Almas e São José também conhecido como Engenho do Meio. Possui uma área em torno de 50,0 Km<sup>2</sup>, (IBGE, 2013), o distrito dispõe de um conjunto tipográfico simples, os traços urbanísticos singulares e próprios de pequenas conglomerações coloniais (ANDRADE, 2013).

A comunidade formada ao redor da igreja mostra um cenário diferente da construção original, devido ao período de evasão em determinados momentos. As instituições sociais e de serviços são compostas por posto de saúde, escolas, igreja católica e igrejas evangélicas, cemitério, associações, terreiros de candomblé, mercadinhos, bares, grupos de samba e grupos de capoeira.

A composição espacial e paisagística pode ser observada nas imagens que se seguem:



**Figura 12:** Praça da Igreja.



**Figura 13:** Rua da Igreja Nossa Senhora do Monte.



**Figura 14:** Posto de saúde.



**Figura 15:** Cemitério.



**Figura 16:** Escola

**Figura 17:** Quadra esportiva

Fonte: Acervo Pessoal da pesquisadora (2021).

O espaço geográfico do lugar é composto de vias públicas, as ruas são pavimentadas e asfaltadas, algumas ainda possuem chão de terra batida. Os moldes das casas são em sua grande maioria térreas e de meia parede, mas já vem sendo modificadas com o decorrer do tempo. De acordo aos relatos dos moradores as casas foram erguidas pelas mãos dos escravos e escravas na época colonial, antes eram feitas de taipas<sup>9</sup>, mas com o passar do tempo foram modificadas estruturalmente, entretanto algumas não perderam as características coloniais.



**Figura 18:** Rua da Igreja, materializada ainda em aspecto colonial.



**Figura 19:** Rua

<sup>9</sup> Taipa de sopapo ou pau-a-pique: configura-se em construções rudimentares do tempo colonial, onde eram usadas tramas de madeira sobre o barro, forçadas com as mãos, daí o nome sopapo.



**Figuras 20 e 21:** Casa com aspectos coloniais preservados e colunas que rodeiam casas e ruas.  
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2021).

Interessante notar que a Igreja Nossa Senhora do Monte por meio dos ritos praticados tornou-se um elemento central na composição territorial, acabou sendo o ponto geográfico de partida para o surgimento do distrito, desempenha ainda papel substancial no modo de vida, vivências e relações dessa comunidade.

A multiplicidade de sentimentos se junta aos valores simbólicos gerando uma historiografia baseada no processo construtivo ancestral, edificado pelos seus antepassados: os negros escravos. Sendo um espaço onde compartilha, até hoje, experiências, interações e vivências desse povo.

O surgimento do distrito e a historiografia do lugar, nada mais são do que o reflexo das histórias de seus ancestrais, existindo a identificação dos moradores, dessa comunidade com seu território, consolida assim os laços de pertencimento e a busca por respeito, enquanto, comunidade remanescente de quilombo.

### **2.3 Ser Quilombola**

No Brasil, a existência dos quilombos gravados na História, representa e demarca um movimento de partilha, pautado em um projeto estabelecido no viver coletivo, em comunidade, onde se compartilha o acesso ao conhecimento, aos bens materiais e imateriais e, em especial o território.

A abolição da escravidão, em 1888, implantou no Brasil um sistema excludente, seguida por uma legislação inclemente de acesso a terra que acaba por contrariar os princípios quilombolas, já que fortalece a concentração latifundiária e a submissão dos grupos negros à condição de um indivíduo desprovido de direito.

Apesar das legislações atuais como: a Constituição Federal e o Decreto 4.887/03 serem favoráveis ao reconhecimento dos direitos territoriais dos grupos quilombolas, a demarcação territorial dessas comunidades ainda se esbarram no descaso do Estado, no que tange a rapidez e a eficácia em garantir tais direitos.

A existência de um conjunto de interesses voltados à concentração de terras nas mãos de uma minoria pode ser um dos motivos da morosidade em demarcar e titular as comunidades quilombolas, assim como o crescimento do agronegócio, a proteção latifundiária, os projetos de desenvolvimento capitalista, que aliados a políticos corruptos, têm impedido que os territórios destinados a população negra sejam demarcados.

Para Dealdina (2020), mulher negra quilombola e atuante nos movimentos sociais, o racismo institucional impregna-se no Estado gerando a morosidade, a omissão sistêmica de políticas públicas e acaba por interferir no reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas.

Atendendo a uma lógica extremamente capitalista, o racismo institucional tem se fortalecido dentro das estruturas do Estado brasileiro. É o racismo institucional que explica essas contradições: segundo a Constituição Federal, o Estado deveria nos proteger, no entanto, é um dos maiores violadores dos nossos direitos. A morosidade, a omissão sistemática, a falta de boa vontade política, a preservação de interesses escusos de terceiros sobre os nossos territórios são faces de um racismo de Estado que nos impede o acesso a políticas públicas básicas, bem como protela anos a fio o reconhecimento e a titulação dos quilombos (DEALDINA, 2020, p. 30).

Em consonância com Dealdina, Almeida (2021) aponta que:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades, etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2021, p.40 e 41).

O grupo dominante posto no poder assegura o controle da instituição, não usando de violência, mas de artifícios de controle e produção de consensos sobre sua dominação. Sendo que a política em defesa dos quilombos, no Brasil, só passou a ganhar visibilidade no panorama nacional, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A concretude do art. 68 decreta a garantia territorial das comunidades quilombolas, partindo do reconhecimento territorial, material e imaterial da cultura negra. Os grupos negros passaram a clamar por seus direitos, já que a terra é um recurso valioso para estes grupos, indo além da busca por subsistência, a terra significa o elo que liga a constituição permanente do presente com o passado.

Dias (2020) reflexiona sobre a postulação do art. 68:

Nota-se que a Constituição de 1988, no Artigo 68 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), não definiu quem seriam os “remanescentes das comunidades dos quilombos”, quando lhe assegurou o direito à terra que ocupavam. Em outras palavras, a Constituição, ao dispor sobre um direito, não identificou de forma precisa quem são seus destinatários (DIAS, 2020, p. 77).

De acordo a autora os critérios para reconhecimento das comunidades quilombolas, em território brasileiro, não costuma ser debatido pela área jurídica. A regulamentação deixou uma lacuna a ser preenchida pela corporação do sistema jurídico que parte de uma linha cultural, antropológica e consuetudinária. Afirma que no texto do art. 68 não fica claro as definições do que seria um quilombo, bem como não se definiu critérios de identificação dessas comunidades ou dos sujeitos ligados a ela.

Após a promulgação do art. 68, as iniciativas governamentais começam a ser desdobradas em meados dos anos 90, sendo marcado pela publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, medidas substanciais que estabelece o progresso da normatização, pois a identificação do quilombo de acordo ao decreto apoia-se na estrutura territorial e uso coletivo da terra ocupada ancestralmente, de geração em geração.

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o [art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (BRASIL, 2003).

No decorrer dos séculos, os grupos quilombolas travaram batalhas incessantes para conquistar e garantir seus direitos, anulados desde a colonização, vivendo ainda sob tensão e receio constante, pois existe um duelo recorrente de deslegitimação que ameaçam seus direitos.

A Ação Direta da Inconstitucionalidade (ADI) é um exemplo direto contra as comunidades quilombolas. Dealdina (2020) mostra como os direitos conquistados podem ser questionados e interpelados pelo racismo institucional e pela massa que deseja retirar os direitos adquiridos desses grupos minoritários.

Devido a Ação Direta da Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.239/2004, movida pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), questionando a constitucionalidade do Decreto nº 4.887. Em outras palavras, a ação do supremo foi utilizada como ferramenta para manter reféns de ilegitimidade dos nossos direitos (DEALDINA, 2020, p. 31).

Substancial observar que somente após 14 anos de tramitação que o Supremo Tribunal Federal garantiu a constitucionalidade do Decreto nº 4.887, em 8 de fevereiro de 2018, tal fato demonstra como é desafiador ser quilombola no Brasil. A vitória pela constitucionalização demarca as lutas das comunidades negras rurais pelo direito ao território.

As comunidades quilombolas sempre resistiram à marginalização, omissão do Estado e de agentes do setor privado que detêm o poder. A luta dos grupos negros por igualdade racial, social, territorial e de gênero perpassa séculos. As titulações dos territórios quilombolas ainda são tratadas com negligência por parte do Estado.

Segundo estimativas do CONAQ e da Terra de Direitos, considerando o ritmo das titulações, o Estado levaria mais de seiscentos anos para titular todos os quilombos do Brasil, considerando processos abertos no INCRA e os territórios ainda não certificados; estimativa que deve aumentar, pois o cenário tem se agravado drasticamente (DEALDINA, 2020, p. 32).

As pesquisas realizadas pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) apenas evidencia o descaso do Estado frente à pauta territorial quilombola, apontando como essas questões estão sendo agravadas em solo brasileiro.

O drástico agravamento das negligências estatais torna-se perceptíveis quando observamos o mandato do Presidente Jair Bolsonaro que no primeiro dia na presidência, através da Medida Provisória nº 870 no organograma institucional do Poder Executivo, transferiu o INCRA da Casa Civil para o Ministério da Agricultura (MAPA).

A Secretaria Especial de Assuntos Fundiários alocou-se no mesmo Ministério, passando a coordenar os trabalhos do INCRA, sob a governança do presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Nabhan Garcia, mas o que mais impressiona são os pronunciamentos do gestor do ministério, já que demonstram nítida oposição as políticas públicas de titulação quilombola.

As mudanças administrativas descabidas aconteceram sem a consulta prévia dos líderes das comunidades quilombolas. Tais mudanças afetaram diretamente as comunidades, violando o art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Após a reorganização administrativa, a vinculação da política pública de titulação de territórios quilombolas ligado a um ministério, no qual, “a política maior é centrada no setor do agronegócio, configura-se historicamente na contradição da efetivação política de titulação de territórios quilombolas” (DEALDINA, 2020, p. 33).

Durante um longo período de tempo a luta quilombola não era respaldada pelo Estado, pois justamente quem deveria defendê-los eram aqueles que se omitiam diante da exploração dos trabalhos e corpos negros. Diante do que foi exposto, podemos afirmar que o povo negro quilombola luta contra o racismo e a marginalização cotidianamente e, por direitos garantidos nas leis, mas que ainda tardam em sua efetivação, sendo assim, tais fatos impedem o pleno desenvolvimento dos quilombos.

## **2.4 Titulação da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo**

Os critérios de reconhecimento e pertencimento adotados pelas comunidades quilombolas precisam estar de acordo aos procedimentos estabelecidos pelas legislações. O Estado deve ser norteado por concepções multiculturalistas, reconhecendo a pluralidade das relações étnico-raciais nos territórios negros. Os direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 abrangem o direito a

identidade cultural, sai da premissa que deve ser diferente e respeitado, indistintamente.

A história da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo está ligada diretamente as tradições e crenças baseadas na cultura negra. A comunidade que ali se formou não busca apenas a aquisição de terras e conceitos, mas almeja também ganhar visibilidade e preservar a memória ancestral.

Os moradores do Monte Recôncavo apuraram a percepção crítica e buscaram quebrar o sistema de invisibilidade que foi estabelecido pela cultura eurocentrada. A ideologia europeia baseada na cultura eurocêntrica reúne “em uma rápida síntese, os traços de um modo geral de conceber a política no qual se refletiu orgulhosamente durante séculos a consciência da Europa” (BOBBIO, 1996, p. 143).

A ideologia eurocêntrica atua na invisibilidade das histórias e contribuições dos povos não brancos para a construção do Brasil. Contrapondo-se aos padrões estabelecidos pela historiografia local e oficial, os moradores do Monte Recôncavo lutaram por reparação histórica e social, baseada na constância do reconhecimento das terras quilombolas.

O movimento para reconhecimento e identificação da Comunidade do Monte Recôncavo começou no ano de 2005, por meio de uma pesquisa realizada pela Companhia Cultural Mont’Art<sup>10</sup>, sendo a certificação concedida em 2007 através da Fundação Cultural Palmares.

Rubens Celestino, uma das vozes e liderança da comunidade, explica as estratégias do grupo para conquistar o autorreconhecimento e titulação do Monte Recôncavo:

Sou morador da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, vou apresentar um pouco do Monte Recôncavo, lembrando que minha voz é perpassada por outras vozes e falo isso para falar dos nossos mais velhos, foram eles que possibilitaram que a gente se tornasse Comunidade Remanescente Quilombola.

Pensar nos conhecimentos quilombolas temos que entender que estamos falando de conhecimentos vivenciais e quando falamos dos saberes e fazeres do Monte Recôncavo estou falando de um saber que é produzido, ressignificado nesse território.

---

<sup>10</sup> Grupo de teatro criado em 1999, registrado pelo presidente da companhia: Rubens Celestino, formado pelos moradores da comunidade do Monte Recôncavo. O grupo objetiva criar produções artísticas e levantar discussões sobre questões culturais e étnicas da região. Por meio da Arte, o grupo formado, se aproximaram dos elementos culturais e sociais da região e, através de estudos, pesquisas e levantamentos de dados surgiu a necessidade de buscar o auto-reconhecimento e reconhecimento legal do seu território, enquanto, remanescente de quilombo.

Sempre falo, o Monte Recôncavo é um território de existências e resistências, por que quando houve a mobilização para a certificação da comunidade, para o reconhecimento da comunidade, a inquietação era que em São Francisco do Conde a história oficial dessa cidade é branca, embora esteja no Recôncavo Baiano, embora seja uma cidade eminentemente negra, SFC tem uma história branca.

A gente não conseguia entender, quando falo a gente, eu me remeto a Companhia de Teatro Mont'Art que é um grupo de teatro da comunidade e foi a partir da articulação desse grupo que a comunidade foi certificada. Sou diretor do grupo de teatro e nossa inquietação era exatamente essa: - Por que a história da nossa cidade não nos representa? Por que em nenhum parágrafo, em nenhuma linha é citada a resistência negra no território de São Francisco do Conde?

Então, a partir dessa invisibilidade a gente buscou os moradores mais antigos da comunidade para que eles falassem um pouco desse território, como se constituiu esse lugar: o Monte Recôncavo. Como era a vida nessa comunidade, então, foi à partir da memória viva desses senhores e senhoras e dos dados históricos e geográficos que construímos o relatório antropológico.

Como já disse e torno a frisar sobre a invisibilidade dos negros na história de SFC, por que nossa cidade precisa ser muito mais do que do Conde, essa cidade precisa ser São Francisco do João, São Francisco do Joaquim, São Francisco da Bahia e não somente do Conde (Transcrição do áudio das narrativas autobiográficas com Rubens Celestino, no dia 03 de dezembro de 2021).

Segundo Rubens Celestino (2021) através das tradições orais que, ele afirma ser a marca emblemática do povo africano, foi possível acessar os amplos saberes e conhecimentos locais, presentes na profunda memória dessa população. Celestino (2015) expõe em material, não publicado, criado para ser utilizado pela Secretaria de Educação em programas educativos, quais foram os questionamentos levantados para que se alcançasse o autorreconhecimento e reconhecimento da comunidade.

Eu não entendia, nós não entendíamos, como São Francisco do Conde, uma cidade predominantemente negra, situada no Recôncavo Baiano e a gente ouvir experiências de outras cidades, tipo: Santo Amaro, Cachoeira, e parecer que tudo aconteceu em Santo Amaro e Cachoeira.

Teve insubordinação dos negros escravizados em Santo Amaro e Cachoeira, eu dizia, porque São Francisco do Conde não tinha isso? Todos os negros eram submissos?

Então, naquela época a gente questionou isto. Se lá teve revolução aqui também teve revolução. (...)

Aí eu dizia assim, se o negro de Santo Amaro, de Cachoeira fazia revolução, porque os de São Francisco do Conde não faziam? Este foi o principal questionamento, a gente se apegou a isto, uma cidade predominantemente negra, situada no Recôncavo Baiano, com grande produção de cana-de-açúcar, outrora, hã? Então a gente se apegou a isto.

Outra coisa, o que a gente fez, passeou um pouquinho pela geografia: se São Francisco do Conde teve engenho, obviamente teve refúgio porque ninguém sofre calado, o ser humano é condicionado, é criado para o prazer, ninguém é criado para sofrer, não concebo que ninguém é criado pra sofrer, então será que o negro de São Francisco do Conde ia ficar lá no pelourinho calado? "Não senhor me bata que amanhã eu vou fazer melhor meu serviço", não!

Então, como o Monte tem proximidade com o Engenho D'água e a gente percebe que de um lado do Engenho D'água da pro mar e o outro lado da para o Monte, é um ato de inteligência. Se eu fujo do Engenho D'água eu vou para o lado do mar ou pro lado do matagal? O lado do matagal é o Monte Recôncavo.

Segundo os entrevistados, o Monte Recôncavo era um lugar de difícil acesso, onde existiam várias trilhas que davam acesso a outros povoados como Madruga, Vencimento e Paramirim, aspecto que pode ter favorecido a fuga e, conseqüentemente, o abrigo de alguns negros escravizados que trabalhavam nos engenhos mais próximos e com a construção da Igreja da Nossa Senhora do Monte também foi uma forma de instaurar a Freguesia do Monte, com isso controlar as fugas, afinal de contas a Igreja e o Estado caminhavam juntos. (CELESTINO, Rubens dos Santos. Saberes, cantos e encantos do Quilombo do Monte Recôncavo. 2015, p. 01)<sup>11</sup>.

A pesquisa realizada pela Companhia Cultural Mont'Art procurou levantar dados históricos e cronológicos que justificassem a identificação daquela população como quilombola, assim sendo, o grupo construiu e pesquisou dados também a partir das narrativas dos moradores mais antigos, costurando, recuperando e tecendo suas memórias para justificar a concretude das relações coletivas que permeavam a comunidade.

A Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo após dois anos de iniciado o processo administrativo de identificação, recebeu o título da Fundação Cultural Palmares. O ato instituído para reconhecimento aconteceu em 2007 através da publicação no Diário Oficial da União:

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, § 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade do Monte Recôncavo**, localizada no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 908, fl. 22, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS** (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 27 DE FEVEREIRO DE 2007).

O triunfo do reconhecimento pautado na diversidade étnico-cultural no Brasil através da Constituição Federal de 1988 pressupõe o dever de manter e conservar os

---

<sup>11</sup> O material: "Companhia Cultural Mont'Arte" e "Saberes, Cantos e Encantos do Quilombo do Monte Recôncavo"; são textos sem publicação. Este material foi utilizado durante o processo de luta por terras no Monte Recôncavo e solicitado a Rubens Celestino pela Secretaria de Educação para ser utilizado na apresentação de um dos programas educativos do município de São Francisco do Conde - BA.

valores culturais dos diversos grupos étnicos. “O reconhecimento do direito quilombola ao território, por sua vez, implica o direito a viver de acordo com seus costumes e práticas, que formam o patrimônio histórico e cultural, consoante e clara disposição dos Artigos 215 e 216 da Constituição” (DIAS, 2020, p. 83).

Contudo, faz-se necessário compreender que as políticas públicas, o reconhecimento e a demarcação das terras quilombolas não são regalias, mas instrumentos reparativos criados para garantir direitos que foram negados ao povo negro. Os grupos que valorizam sua história tornam-se mais críticos e atuantes na reconstrução de sua cidadania.

A comunidade quilombola e o poder estatal quando apontam a substancialidade do direito a ser assegurado, a sua preservação fica resguardada, ganha influência pública, deixa de ser invisibilizada e começa a fazer parte do cotidiano de cada sujeito, seja por meio da história ou através do seu papel no cenário regional.

## **2.5 Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo: Representação Histórica e Territorial**

A percepção em estabelecer subjetivamente ou objetivamente a definição do que seja uma comunidade quilombola e compreender a aquisição formal da apropriação da terra, trouxe a necessidade de conceituar quilombo e como aconteceu a titulação da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, em seção anterior, objetivando entender as múltiplas definições e a apropriação territorial que as comunidades negras ultrapassaram.

A Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo é um espaço que vai além das conceituações contidas nos dicionários e definidas pelos colonizadores, reflete um território que corresponde à liberdade, cujas crenças e tradições são manifestações da visão de mundo africana. Nesta comunidade o território é concebido como um espaço de dimensão social e cultural das interações humanas, onde são formadas maneiras de ser e se ver no mundo, construindo e reconstruindo saberes.

Dentro desse território existe a constância em conservar as tradições, as crenças de seus ancestrais, mantendo e preservando a cultura popular. O território pode ser visualizado do princípio da memória, das narrativas, tradições e preceitos

morais dos que vivem nesses espaços. O sentimento de pertencimento em relação ao lugar implica na atuação em comunidade, as teias tecidas sob o território exibem valores éticos, morais, simbólicos e sentimentais.

Anjos (2005) conceitua territórios como espaço:

[...] construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política – social – econômica - territorial (p. 139).

Os sentidos referidos à territorialidade da comunidade quilombola estão estritamente associados às memórias, histórias, práticas coletivas e individuais, noções de pertencimento e representações. Apesar das diversas origens fundantes das comunidades quilombolas, dos diversos usos conceituais e compreensões sobre territorialidade, as associações entre a terra e as noções de pertencimento possuem centralidade nas experiências da comunidade quilombola. São elas que ligam o grupo à sua ancestralidade, história e representa o presente.

Partindo disso, conseguimos observar o quilombo como um território de transformação e resistência. Os saberes e práticas ancestrais mantêm-se vivas, apesar das transformações sociais. Evidente notar, também, a indissociabilidade da territorialidade da dimensão política, representando noções de pertencimento e poder. O processo de territorialização gera e mantém relações entre os seres sociais e seu território.

O território da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo se reconstrói nas particularidades em conformidade com suas crenças, condições econômicas, costumes, tradições, conjunturas sociais e culturais. As imagens que se seguem demonstram a disposição do espaço territorial e as práticas econômicas da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo.



**Figura 22:** Vista aérea do Monte Recôncavo Fonte: Maria das Graças A. Dias (2013)

Nessa complexidade, o território quilombola do Monte Recôncavo precisa ser compreendido considerando os sujeitos que vivem no lugar, o seu modo de vida e interações, já que no movimento de sociabilidade constroem, recriam, desmatam, alteram, destroem e reconstroem os espaços das terras de acordo as suas intenções.

O quilombo do Monte Recôncavo, segundo as informações da Associação de Moradores local, agrupa cerca de 700 famílias em seu espaço territorial. O acesso a comunidade saindo da sede do município se dá através de estrada asfaltada, o que facilita a chegada ao lugar.

O início da ocupação do território se deu com a construção da Igreja Nossa Senhora do Monte, acontecendo à migração dos sujeitos do Engenho do Monte para as terras ao redor da igreja, ao migrarem ocuparam e permaneceram na terra que se assentaram.

Após a abolição da escravatura a população que emergiu da escravidão, era diversificada. Reflexiona Fraga (2014) sobre a compreensão de que a posse de bens, o acesso a terra, a competência profissional e o lugar do feitor de serviço estruturaram algumas diferenças dentro do contingente escravo, definindo escolhas e interações.

Os trabalhadores especializados, sobretudo os que trabalhavam nas moendas e no fabrico do açúcar, tinham maiores condições do que os demais de barganhar acesso a bens e recursos dentro dos engenhos. Essas diferenciações interferiram também nas trajetórias de vida (FRAGA, 2014, p. 231).

Por certo, esse pode ter sido um dos motivos para a migração dos indivíduos do Engenho do Monte e outros engenhos ao redor do Monte Recôncavo para as terras circunvizinhas a Igreja Nossa Senhora do Monte. Os senhores de engenho para manter os trabalhadores emergidos da escravidão, elaboraram várias estratégias para tentar manter ou atrair os lavradores, muito deles ex-escravos, para a prestação de serviço na moagem de cana.

O arrendamento da terra foi uma das estratégias, principalmente no tempo de crise da lavoura açucareira, tornou-se uma garantia de renda para os ex-senhores.

Sabe-se que a prática do arrendamento foi muito comum no Recôncavo até meados do século XX. Os senhores concediam o usufruto de um pedaço de terra em que o rendeiro cultivava gêneros de subsistência ou criava animais. Parte do excedente produzido poderia ser vendida nas feiras locais. O rendeiro poderia plantar também gêneros de exportação, fumo ou cana, mas, em contrapartida, pagava a ocupação da terra com dinheiro ou trabalho semanal nas grandes propriedades. O pagamento em forma de trabalho era chamado “pagar tenda” e a quantidade de dias da semana que, por obrigação, prestava nas terras do senhor variava bastante (FRAGA, 2014, p. 232)

No decorrer dos anos que seguiram a abolição, os ex-escravos buscaram ampliar as atividades econômicas e de subsistência, independente da grande lavoura de cana-de-açúcar, a base produtiva do local. No Monte Recôncavo o cultivo para a subsistência estendeu-se também para a produção de mandioca, cacau, dendê, feijão de corda, fumo, caça, pesca e catado de mariscos, alcançando os meios de produção além da subsistência.

Dessa maneira, devido a sua localização geográfica e a sua proximidade com importantes engenhos de cana-de-açúcar que existiam em São Francisco do Conde, o Monte Recôncavo herdou fortes traços culturais dos "trabalhadores" desses engenhos antes do advento do petróleo. Traços que contribuíram para a criação de pequenas lavouras do cultivo de mandioca e grãos para o sustento das famílias, além das formas tradicionais da caça e da pesca, o que era tão comum na região (CELESTINO, Rubens dos Santos. Saberes, cantos e encantos do quilombo do Monte Recôncavo. 2015, p. 01).

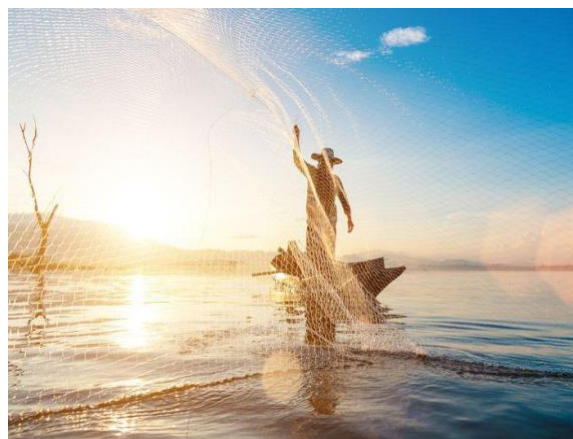
A sustentação econômica da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, durante muito tempo, aconteceu por meio da agricultura, da pesca, mariscagem, produção de farinha, dendê e artesanato. As atividades econômicas são nítidas nas imagens:



Figura 25: Casa da farinha  
Fonte: Maria das Graças A. Dias (2015)



Figura 26: Produção de dendê artesanal  
Fonte: Acervo da pesquisadora (2021)



**Figura 27 e 28:** Marisqueiras e pescadores.

Fonte: <http://www.camarasaofranciscodoconde.ba.gov.br> e <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br>

Contudo, com a implantação da Refinaria Landulfo Alves, em 1950, para a extração do petróleo na região, ocasionou transformações significativas na produção econômica e na relação trabalhista, provocando alteração no modo de vida e poder aquisitivo de algumas pessoas.

Dessa forma, antes da construção da Refinaria Landulfo Alves a base econômica da região era assentada na monocultura. A implantação da refinaria impactou a organização produtiva da região.

Algumas regiões podem ser particularmente cruciais, tais como aquelas que experimentam uma transformação bastante súbita de uma monocultura para uma “monoindústria”. A região ao redor do município baiano de São Francisco do Conde, com cerca de 25 mil habitantes no ano de 2000, localizada no Recôncavo Baiano, a 80 km de Salvador, é um desses casos: é interessante tanto por seu passado como um dos berços da sociedade baseada na monocultura do açúcar no Brasil, quanto por seu presente, em virtude de sua renda per capita bastante elevada, derivada do refino e da transformação do petróleo, combinada a um índice GINI (que mede a desigualdade) extremamente alto (SANSONE, 2011, p. 354).

A criação da Refinaria Landulpho Alves contribuiu para mudanças significativas, agravou a desigualdade e a exploração da mão de obra, pois muitos munícipes foram contratados para serviços braçais que não exigiam qualificação. “As modificações provocadas pela transição da economia açucareira para a do petróleo interferiram no perfil socioeconômico da região, atingindo a lavoura de subsistência e o que restou da agroindústria açucareira” (Dias, 2015, p. 51).

Apesar das mudanças drásticas, impostas pelas transformações evolutivas e o declínio da produção do açúcar, as práticas da pesca, da mariscagem, da lavoura e agricultura familiar permanecem vivas na rotina da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, afinal, tais tradições estão estritamente ligadas aos ensinamentos ancestrais que são ensinados de gerações em geração.

Os elementos construídos dentro do território revelam os reais valores e sentidos referentes ao espaço compartilhado, aos aspectos simbólicos e culturais a eles ligados. A comunidade remanescente de quilombo ultrapassa os elementos dispostos no artesanato, nas festas ou alegorias, mas se justifica, justamente, pela noção de pertencimento que a liga diretamente a ancestralidade que se traduz nas tradições, fazeres, saberes dentro de um território coletivo.

Conservar o seu modo de vida e tradições é garantir o direito a memória, aos saberes e ao poder de alavancar as mudanças, enquanto necessidade humana e social, que exige o compromisso de conservar para reconstruir, permitir, incentivar e garantir seu legado. Na próxima seção vamos tratar dos passos metodológicos da pesquisa, pois foram às bases da metodologia que permitiram os desdobramentos, levantamentos teóricos e conceituais.

### **3. O PERCURSO METODOLÓGICO: BASES E SUSTENTAÇÕES**

Os momentos compartilhados e experienciados no decorrer da pesquisa científica foram vivenciados de forma dinâmica e dialógica, jamais de maneira fixa ou estática. Cada passo percorrido compôs o conjunto dinâmico de um processo idealizado e organizado para responder ao questionamento proposto pela pesquisa.

A pesquisa nos direcionou para um caminho constituído de momentos fortemente interligados, mas que por vezes, sobrepôs ao planejamento, execução e

comunicação dos resultados. O ciclo da pesquisa tornou o estudo um trabalho contínuo, começando com uma dúvida, levantando um problema, uma indagação, para assim, possibilitar a origem de novas interrogações.

As reflexões sobre a temática a ser investigada, os objetivos da pesquisa, o embasamento teórico, os procedimentos, instrumentos de coleta de dados e a organização de como seriam analisados os dados coletados é o que Minayo (2002) define como fase exploratória, a fase cujos fatores que abarcam a investigação precisam ser realizadas e articuladas aspirando a garantia e a execução propositiva do processo.

As decisões levantadas nas etapas são expressas na pesquisa, logo, entramos no campo da pesquisa combinando observações, levantamentos bibliográficos e instrumentais, dentre outros, nos apoiamos nas bases e sustentações metodológicas. A pesquisa também objetivou gerar conhecimentos, para tanto, planejamos a investigação, estabelecendo: o que, para quê, por que, como e quando pesquisar.

Os métodos selecionados se tornaram os recursos para ampliação do conhecimento sobre determinado fato, objeto ou fenômeno, constituindo-se de uma sucessão de procedimentos técnicos e intelectuais perfilhados para alcançar determinado objetivo. Para Cervo e Bervian (2002) método é a ordem que deve impor aos diferentes processos necessários para atingir certo fim ou um resultado desejado. “Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade” (CERVO e BERVIAN, 2002, p. 23).

Analisamos o conceito de acordo aos autores, logo, o método é o caminho escolhido pelo pesquisador, no qual evidencia que não há conhecimento válido sem o estabelecimento de procedimentos organizados que prezem pela racionalidade e ordem. O caminho metodológico estabelecido tornou-se substancial e foi uma ocasião de muita austeridade e tomada de decisões, logo, estruturamos as etapas da pesquisa:

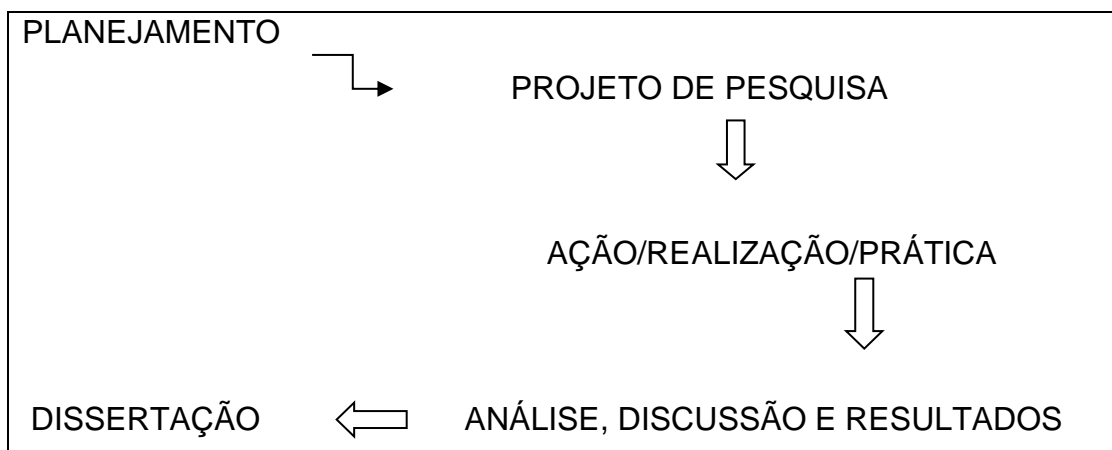


Figura: 30

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

As distintas concepções que embasam determinada comunidade, caracterizam-se pelo ajuntamento de vários elementos que formam aquele espaço e representam as pessoas que convivem nesse ambiente, assim, a pesquisa aconteceu no tempo antes, durante e depois do planejamento, seguiu a dinâmica de novos direcionamentos, elaborações e ações.

### 3.1 O SENTIDO DA PESQUISA: CAMINHOS POSSÍVEIS

A temática da pesquisa está centrada nas categorias da memória e tradições orais, surgiu da inquietação de saber que a oralidade faz parte do processo comunicativo, no qual as experiências coletivas e individuais se misturam e se faz presente desde o princípio formacional de várias comunidades quilombolas.

A sabedoria, a cultura popular, a literatura oral, a escrita, a história, as tradições, as crenças são elementos que se alinham para construir a história de um lugar. Logo, o Monte Recôncavo é um desses lugares que dispõe de uma área quilombola que tenta preservar as tradições e crenças seculares. Existe a constância em conservar os traços culturais, enquanto símbolo de resistência e manutenção da cultura popular.

O padrão cultural das sociedades grafocêntricas valoriza a escrita e menospreza a oralidade, privilegia o saber científico e diminui o saber popular, segue paradigmas culturais centrados na hegemonia da cultura ocidental imposta pelo colonizador. Frente a essa realidade a pesquisa torna-se relevante para mostrar que os saberes populares, as narrativas e as tradições orais são necessárias e substanciais para auxiliar na desconstrução de conceitos hegemônicos já estabelecidos.

Sempre ouvimos histórias verticalizadas (de cima para baixo), no qual se coloca a visão elitista e, raramente a classe oprimida tem vez ou voz para contar sua versão e criar sua própria história. Apesar dos diversos pensamentos equivocados, faz-se necessário propor análises sobre a importância das tradições orais, para assim, poder provocar reflexões que possibilitem a compreensão que, nas sociedades tradicionais, mesmo com a aquisição e potencialização da escrita nem sempre o conhecimento científico e grafocêntrico embasará todas as suas ações.

### **3.2 TIPO OU FINALIDADE DA PESQUISA**

A presente pesquisa ancorou-se na abordagem qualitativa, pois possibilitou uma relação dinamizada entre a realidade e o sujeito da pesquisa, ou seja, estabelecemos um vínculo entre o mundo objetivo e o contorno subjetivo do sujeito que, não pode ser representado em números. “O ambiente é a fonte da coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. O pesquisador tende a analisar seus dados indutivamente” (KAUARK, MANHÃES, MEDEIROS, 2010, p. 26).

Na abordagem qualitativa existem diversas modalidades de pesquisa. A pesquisa etnográfica caracteriza-se como uma dessas modalidades e tem demonstrado ser uma abordagem propositiva em estudos que envolvem a cultura e os comportamentos de determinados grupos sociais. O grupo focal da pesquisa foram os moradores e conhecedores da história da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, sendo a comunidade o lócus da pesquisa.

A pesquisa etnográfica foi utilizada para compreendermos as tradições, crenças, costumes deste grupo social. As narrativas autobiográficas em profundidade possibilitaram a análise clara das especificidades da comunidade, mostrando que as narrativas e tradições orais compõem o cotidiano e modo de vida dos moradores, bem como se caracterizam como interações cotidianas e passadas. As memórias compartilhadas revelaram as percepções dos indivíduos sobre si e sobre o lugar em que vivem.

Coadunamos com Bastos (2009) quando salienta que ao transmitirem estas memórias de geração em geração pela oralidade, os mais velhos se constituem como os guardiões da tradição. Observamos que ao explorar a memória e a oralidade as

comunidades quilombolas, no decorrer dos séculos, vêm marcando seu caminho objetivando preservar suas tradições e crenças. `

Por meio das tradições orais os mais velhos ensinam aos mais novos as diversas formas de enxergar, viver e interagir no mundo, procurando preservar seus costumes, adaptando-se as múltiplas influências levadas por outras culturas e pelo mundo tecnológico.

A pesquisa teve início na fase exploratória, partindo da caracterização do problema, do objeto, do objetivo tanto geral quanto os específicos, dos pressupostos, das teorias e do percurso metodológico. O estudo, além da pesquisa de campo, envolveu o levantamento bibliográfico que perpassou por todas as fases da elaboração desta pesquisa, com o intuito de compreender para explicar a realidade estudada.

### **3.2.1 A problemática da pesquisa**

Os grupos ditos “civilizados” impuseram um conjunto característico da cultura europeia aos grupos minoritários, através dos processos sistêmicos da colonização. Considerando que as dinâmicas criadas pelos colonizadores legitimaram e ainda legitimam a ideia de humanidade única, sendo a Europa um modelo de sociedade a ser seguido, os saberes e fazeres produzidos por grupos minoritários, como os quilombolas, são desvalorizados e invisibilizados. Saindo dessa premissa que a pesquisa intenta investigar: Qual a substancialidade em preservar as memórias e tradições orais para a conservação e valorização da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo?

Percebemos que existe o desprestígio social direcionados aos posicionamentos e conhecimentos estabelecidos na linguagem oral. Esclarece Pimentel (2014, p. 31) que “por muito tempo o prestígio atribuído aos que possuíam o “dom” da escrita relegou a oralidade para as “bordas”, além de ser frequentemente associado “ao folclore” e, por isso, encarado como um “gênero menor”.

Na sociedade contemporânea ainda vivemos o efeito da dinâmica da imposição e categorização, cuja validade da História e produção do conhecimento só são válidos se seguirem os parâmetros estabelecidos por uma sociedade que ainda segue padrões eurocêntricos, aos que se contrapõem são reduzidos a fontes primárias, silenciados, negados e invisibilizados.

Partindo dessas inquietações, compreendemos que teríamos que contextualizar a problemática, pois a pesquisa intenta promover uma revisita ao conjunto dos saberes e fazeres presentes na memória social e cultural dos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, haja vista que esses sujeitos carregam a ancestralidade de um povo, suas tradições, cultura, ensinamentos e estímulos em não aceitar a invisibilidade, marginalização de sua história, cultura, crenças e modo de vida.

### 3.3.2 Objetivos: Geral e Específicos

O objetivo geral intentou analisar como as memórias e as tradições orais foram substanciais para o processo de formação da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo. Além do objetivo citado, visando possibilitar a delimitação de uma linha histórica, estabelecemos os objetivos específicos: 1) Descrever a história formacional da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo datando o ano de 2007, e, seus desdobramentos nos dias atuais; 2) Investigar como o processo de escravidão marcou a memória dos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo; 3) Verificar as transformações vivenciadas pela comunidade através do resgate de elementos históricos e depoimentos de fontes orais.

### 3.2.3 Os sujeitos da pesquisa

O estudo teve como sujeitos da pesquisa os moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, desde os mais antigos aos que estão em processo de evolução junto à mesma, além daqueles que valorizam os saberes da comunidade quilombola como um bem histórico e cultural da cidade de São Francisco do Conde.

Adotamos como fator de seleção e inclusão na pesquisa: 1) moradores mais antigos e os que estão em processo de ascensão junto à comunidade e 2) sujeitos cujas profissões estabelecem posições essenciais na sociedade (professores, funcionários públicos, agentes religiosos, comerciantes), ou seja, sujeitos que conhecem e valorizam as representações sociais da comunidade quilombola em questão.

Os sujeitos da pesquisa foram compostos por moradores da comunidade, com faixa etária entre 35 a 81 anos de idade, entre eles 4 homens e 4 mulheres, onde 7 se

denominaram pretos(a) e 1 pardo(a). A escolha dos participantes seguiu alguns critérios como a idade, o olhar subjetivo que cada um dispõe e o ponto de fala que cada um ocupa no lócus da pesquisa.

Contamos com a participação e apoio dos moradores do espaço pesquisado, de maneira diversificada, seguindo o formato dialógico. A amostra se estabeleceu nos fundamentos da pesquisa qualitativa e descritiva. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e descritiva houve a promoção significativa das narrativas autobiográficas, coleta de depoimentos e informações que viabilizaram a análise dos dados coletados, nos quais foram obtidos com base nos diálogos levantados entre pesquisador e participantes da pesquisa.

Para fins de estudo, traremos as narrativas dos moradores, bem como as suas falas, transcritas a partir da totalidade dos diálogos e das gravações. A utilização dos áudios, filmagens, fotos, transcrição das narrativas autobiográficas e falas foram autorizadas pelos participantes para a composição da dissertação e de artigos científicos. Mesmo tendo em posse as autorizações dos participantes, optamos por utilizar pseudônimos a fim de preservar a identidade e garantir o anonimato dos participantes da pesquisa.

#### **3.2.4 Lócus da pesquisa**

O lócus da pesquisa é a Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, situada no distrito do Monte Recôncavo, área territorial pertencente ao município de São Francisco do Conde - BA, integrante regional do Recôncavo Baiano.

A área distrital do Monte Recôncavo abriga a Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, desde o ano de 2007, o território montense originou-se da ocupação de pessoas que migraram dos engenhos para as terras situadas ao redor da Igreja Nossa Senhora do Monte, construída pelas mãos dos escravos no século XVII, formando assim, o conjunto populacional do Monte Recôncavo.

Os processos escravistas através das relações existentes entre escravos, ex-escravos, poder eclesiástico e senhores de engenhos deixaram enorme legado social e cultural. Apesar das relações conflituosas e muitas vezes de extrema violência, vivenciadas neste território em outrora, os grupos negros que emergiram da

escravidão se organizaram para manter seus costumes, tradições, crenças, transmitindo assim, seus conhecimentos às novas gerações.

A Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo é um lugar repleto de costumes, crenças, aspectos culturais herdados dos ancestrais africanos que, se associaram aos elementos materiais e imateriais do lugar para afirmar a história de seus ancestrais, das raízes escravas que ajudaram a formar a área territorial onde estão assentados atualmente.

Apesar de viverem relações antigas, dentro da comunidade, baseada na coletividade, uso comum da terra, com trajetória histórica específica, com indícios próprios de ancestralidade negra referente à resistência e opressão histórica sofrida, o processo para o reconhecimento e titulação da comunidade só teve início no ano de 2005. As terras ocupadas por quilombolas são utilizadas para a garantia de sua reprodução econômica, política, social e física.

Nessa perspectiva que, a partir de 2005 iniciou o movimento de autorreconhecimento e reconhecimento, dentro da comunidade, estudos e pesquisas foram desenvolvidas. As pesquisas foram baseadas na historiografia, em elementos geográficos e, principalmente através do levantamento das memórias e narrativas vivas dos moradores mais velhos da comunidade.

As fontes históricas, o posicionamento geográfico e as fontes orais pautadas nas narrativas e memórias dos moradores, possibilitaram a construção do relatório antropológico que teve por objetivo iniciar os trâmites legais para a titulação junto aos órgãos públicos responsáveis.

Vale destacar que a Companhia Cultural Mont'Art, grupo de teatro formado pelos moradores da comunidade, sob a liderança de Rubens Celestino, assumiu um papel importantíssimo para as pesquisas, levantamentos de dados e constituição do relatório antropológico, bem como para o desenvolvimento do processo de reconhecimento e titulação do Monte Recôncavo como comunidade remanescente de quilombo, pois foram os membros deste grupo de teatro que encabeçaram todo o processo.

No ano de 2007 o território montense foi reconhecido e titulado pela Fundação Cultural Palmares como área quilombola. A Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo dispõe de traços culturais, revelados e representados na culinária, danças, músicas, religiosidade, costumes e modo de vida específico desse grupo.

### 3.3 NATUREZA DA PESQUISA

“Nada é real, tudo é construção. Não há objetividade, não há fatos, só interpretações”.

Nietzsche

Definir um caminho metodológico de uma pesquisa desta natureza é um percurso intelectual provocante. Visto que, trata-se de um estudo voltado a aquisição de novos conhecimentos: da subida da ladeira do Monte Recôncavo aos relatos de experiências arrancados da memória. Seguimos na tentativa de conhecer, valorizar e dar visibilidade a preservação da cultura e história da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo.

O pesquisador ao ir de encontro a uma comunidade, marca sua presença no espaço e na vida dos sujeitos da pesquisa, acaba por alterar as condições do lugar. Proclama Pires (2009) que não existe observador externo, nos tornamos também participante da pesquisa.

O estudo baseado na etnografia implicou na observação, durante um período de tempo, no qual tivemos contato direto com a comunidade estudada.

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sóciointeracionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas (MATTOS, 2011, p. 50).

A etnografia nos permitiu descrever um sistema de significados culturais da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, cujo um dos objetivos foi conhecer uma realidade, levando em consideração o ponto de vista de quem informa. A pesquisa autobiográfica com destaque nas narrativas dos moradores, foram instrumentos essenciais para a pesquisa dessa natureza.

Desse modo, a explicação, a descrição e a interpretação foram etapas basilares no período da análise dos fatos da realidade e importante para o esquadramento da pesquisa. O estudo etnográfico dialogou com a História Cultural, centrado no interesse de “interpretar os padrões e os significados simbólicos desses fenômenos culturais, o historiador pode revelar de que modo o sistema social

se ajusta e como seus participantes se ajusta e percebem a si próprios e ao mundo exterior” (DESAN, 1992, p, 71-72).

Roger Chartier historiador da vertente culturalista destaca que “a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17). A História Cultural eleva a aproximação dos apontados como excluídos da história, isto é, trabalham com a ideia de história como construção particular de cada tempo e época, tornando a história um discurso envolto pelas subjetividades de seu produtor e não baseada em verdades absolutas sobre algo ou sobre determinado assunto.

A associação da abordagem voltada à História Cultural com a técnica qualitativa, modalidade etnográficas e narrativas autobiográficas implicaram no reconhecimento da existência humana, nos quais a cultura é a parte do espaço reconstruído pelo homem, sendo ela universal nas experiências e vivências do sujeito.

Os fatos históricos fazem parte da memória, a história cultural é levada por todos para qualquer lugar, como parte daquilo que representa o passado e simboliza a ancestralidade. Além de compor a interdisciplinaridade, visto que abarca várias fontes científicas de estudos, como: a etnologia, história, antropologia, literatura dentre outras.

O método escolhido depende do tipo de abordagem e conduta escolhida pelo pesquisador. Por esse motivo, optamos pelo método observacional, para a descrição e base técnica da pesquisa, já que são embasados em procedimentos sensoriais como o ver e o ouvir, concentrando-se nos atos dos sujeitos a partir das condições concretas da realidade.

A pesquisa descritiva visou “descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações variáveis. Envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados” (KUARK, MANHÃES E MEDEIROS 2010, p.28). Buscamos, assim, conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas.

Nessa perspectiva, o percurso traçado almejou alcançar os objetivos, de acordo aos pressupostos da pesquisa qualitativa. Segundo Zanella (2013) a pesquisa qualitativa é um tipo de abordagem que analisa a base de conhecimentos teórico-empíricos que permite atribuir-lhe cientificidade. Então, por estarmos investigando o

processo formacional da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo e recolhendo informações obtidas a partir das memórias e narrativas por meio da oralidade, houve a necessidade de utilizarmos o método da História Oral.

A História Oral é um método destinado a investigar os cotidianos dos sujeitos e seus relatos orais. Para Ferreira e Amado (2001) a história oral é uma história do tempo presente, pois implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da História Oral.

Isto posto, com base nas definições traçamos nosso percurso, a fim de investigar e analisar a realidade do lócus da pesquisa. A magnitude da nossa jornada ancorou-se no significado propositivo de cada momento vivenciado, depoimento coletado, fato explorado e narrativa ouvida.

Durante a pesquisa de campo exploramos, vivenciamos, experimentamos várias sensações e sentimentos. Escolhemos as técnicas e procedimentos com a finalidade de coletarmos os dados. Logo, elegemos a observação direta, as narrativas autobiográficas, questionários, registros fotográficos com o intuito de angariarmos informações significativas e contextualizadas sobre o objeto estudado.

### **3.4 AS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS**

O processo ligado à coleta de dados tem por premissa o armazenamento de dados para uso posterior através de técnicas singulares de pesquisa. Tais dados são utilizados para exercícios voltados a pesquisa, estudo, planejamento, percurso, desenvolvimento e vivências. Sendo estabelecida a partir do problema, objetivos e metodologia da pesquisa.

A pesquisa permitiu integrar os dados obtidos pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Seguimos José Filho (2006, p.64) quando aborda que “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Nessa tentativa, buscamos conhecer o fenômeno constituinte da realidade pesquisada, para tal, prezamos pela aproximação com a dinamicidade dialética. Logicamente, a pesquisa não seria possível sem o apoio de técnicas e instrumentos

metodológicos adequados que nos permitiram uma maior aproximação com o objeto de estudo.

A aplicação de cada técnica de coleta de dados ocorreu em etapas estruturadas. As observações realizadas no lócus da pesquisa foram momentos repletos de sentidos que possibilitaram o encontro de informações e conhecimentos. As pesquisas autobiográficas com destaque nas narrativas autobiográficas foram imprescindíveis, enquanto instrumento de coleta de informações, pois as utilizamos como relembração da memória do narrador estabelecida pela construção significativa de suas vivências.

As narrativas autobiográficas nos permitiram potencializar os diálogos entre o individual, o coletivo e o sociocultural, traduzindo as experiências vividas nas trajetórias dos participantes da pesquisa. Colocamos “em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num dialogo com seus contextos” (MOITA, 1995, p. 113).

Nosso intuito inicial era apenas realizar diálogos presenciais com os participantes, mas com a mudança drástica que assolou o mundo a partir de 2020, com a infecção viral da COVID-19<sup>12</sup>, que se transformou em pandemia e posteriormente o alastramento da influenza H3N2<sup>13</sup>, houve a necessidade de rever as técnicas utilizadas para a coleta de dados, então, além das narrativas autobiográficas aplicadas, utilizamos também questionários como instrumentos de coleta de dados. A gravidade da pandemia nos levou a readaptar as técnicas da pesquisa, prezando sempre pela saúde dos envolvidos.

Os questionários foram estruturados de forma que os informantes compreendessem com clareza o que estava sendo questionado, precisando contemplar hipóteses de veracidade. “Nenhuma questão do questionário deve ser em vão. Todas têm uma finalidade. Cada uma tem um propósito e se recomenda agrupar as questões pelos objetivos pretendidos” (MAIA, 2020, p. 20). Dessa maneira, tanto as narrativas autobiográficas quanto os questionários buscaram levantar informações

---

<sup>12</sup> Doença infecciosa causada pelo vírus SARS-coV-2. A disseminação do vírus gerou a pandemia mundial do ano de 2020 até o presente momento.

<sup>13</sup> Influenza A subtipo H3N2, vírus que pode causar infectam aves e mamíferos. Em aves, humanos e porcos, o vírus tem se transformado em muitas cepas.

que ampliassem o conjunto de dados reais e verificáveis para a fundamentação da pesquisa.

Os registros fotográficos também desempenharam funções essenciais, pois através das fotografias registramos o real, a autenticidade em mostrar o lugar, onde dispõem e mantêm heranças ancestrais e culturais ainda palpáveis. Destaca Oliveira (2007):

As imagens visuais não têm o mesmo estatuto do texto escrito, mas é necessário observá-las como um diferente, como um interlocutor privilegiado do texto escrito, compartilhado no texto cultural, com suas especificidades materiais e formais e história própria. Muitas pesquisas na área da História têm avançado nesse campo, elaborando o que poderíamos chamar de uma história da visualidade (OLIVEIRA, 2007, p.211).

Consequentemente, os feitos dos textos visuais diferem dos textos escritos. A complexidade em descrever detalhadamente o que é discernível através de uma foto é bastante difícil. Mas, assim como o texto escrito, a fotografia reflete um tempo, uma feição, um olhar que partilha singularidades de uma história ou de uma cultura. Por isso que no decorrer da dissertação foram postas várias fotografias relacionadas ao objeto da pesquisa.

O registro fotográfico transcreve detalhes que, por vezes, escaparam no instante da observação e possibilita análises mais detalhadas conforme a necessidade. Konsoy citado por Batista (2003, p. 3) ressalta que:

[...] toda e qualquer imagem fotográfica contém em si, oculta e internamente, uma história: é a sua realidade interior, abrangente e complexa, invisível fotograficamente e inacessível fisicamente. [...] construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representados, pista decisiva para desvendarmos o passado.

As fotografias foram associadas a outros instrumentos metodológicos tornando-se um elemento importante para a pesquisa. A utilização de fotos como meio metodológico é o que Vergara (2006) define como fotoetnografia, ao estabelecer o uso da fotografia como elemento etnográfico, a autora afirma que “a descrição de determinadas situações por meio de imagens é considerada mais profunda do que por meio de palavras (VERGARA, 2006, p. 93).

Dessa maneira, apresentamos uma diversidade de fotos para provocar lembranças e reflexões sobre os diversos fatores e elementos envolvidos na pesquisa. As etapas estabelecidas e definidas no decorrer da pesquisa se moldaram na investigação da realidade, no estudo e no desenvolvimento da pesquisa, permitiu que

alcançássemos um determinado resultado que, pode ser desdobrado em outras pesquisas.

### **3.6 TECENDO REFLEXÕES**

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) notificou ao mundo sobre o novo COVID-19, vírus causador de infecção respiratória aguda, potencialmente grave, proeminente de transmissão e de contaminação global, caracterizando-se como a primeira pandemia do século.

Diversas ações foram realizadas de imediato, a economia do mundo parou, os países fecharam e restringiram suas fronteiras, a circulação de pessoas foi regulada, a população precisou adaptar-se a nova realidade imposta pela pandemia. Diante do caos instalado, a ciência sofreu com as consequências: as universidades foram fechadas e os laboratórios suspenderam suas pesquisas. Assim, vários projetos experimentais paralisaram, bem como, a produção de dados.

Em tempos incertos, as pesquisas acadêmico-científicas precisaram desenvolver-se em padrões incomuns, adaptando-se a nova realidade apresentada pela pandemia. Nesse sentido, as angustias vivenciadas no processo da pesquisa e coleta de dados, foi por vezes frustrante, já que gostaríamos de estar no campo da pesquisa de forma mais efetiva.

A pesquisa precisou enveredar-se para meios adaptativos, as observações diretas precisaram ser suspensas e as narrativas autobiográficas pensadas em configurações presenciais, foram estendidas para meios remotos, para assim, garantir a saúde de todos os envolvidos.

No início do período pandêmico, procuramos focar nas leituras e levantamentos bibliográficos para embasamento teórico da pesquisa, além de selecionar dados secundários referentes ao lócus da pesquisa. Esses momentos tornaram-se essenciais para a delimitação e adaptação dos meios metodológicos, sempre seguidos do receio de não conseguirmos dá conta dos objetivos idealizados.

A escolha da temática aconteceu pelo desejo de conhecer como aconteceu o processo formacional e verificar de perto a realidade da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo para futuramente a pesquisa ser ampliada e direcionada para a área da educação.

Desenvolver uma dissertação em meio a uma pandemia foi um trabalho árduo, pois desde 2020 tentamos conviver com o isolamento social e a preocupação constante de não serem contaminados e não contaminarmos o próximo, além de tentarmos nos manter bem: psicologicamente e fisicamente. No ano de 2021, juntamente com a COVID-19 tivemos que lidar com a disseminação da influenza H3N2.

A realidade nos preocupou bastante, pois tivemos que readaptar a pesquisa, foi preciso aumentar os cuidados e acima de tudo foi necessário prezar pela saúde dos envolvidos na pesquisa que, em sua grande maioria são idosos, isso impediu que a presença no campo fosse mais frequente.

Contudo, a pandemia já dura dois anos e ainda nos encontramos em um cenário caótico, cujos casos de Covid-19 se multiplicam e são agravados pela influenza H3N2. Diante de tal realidade, os sentimentos de empatia, cooperatividade, flexibilidade e interdisciplinaridade são elementos que precisam ser levados em consideração nessa nova configuração científica, cujo pesquisadores vem enfrentando com determinação e coragem. Assim, seguimos, almejando dias melhores e nos solidarizando com as vítimas assoladas pela COVID-19, acreditando sempre que somos capazes de propagar conhecimentos mesmo em meio a um cenário estarrecedor.

#### **4.0 SER, SENTIR E RELEMBRAR**

O objetivo desta seção foi apresentar a interpretação e análise do material obtido no período da pesquisa de campo, ancorados nos procedimentos metodológicos anteriormente apresentados. Nesta seção analisamos as memórias dos sujeitos da pesquisa sobre a fundação do Monte Recôncavo e da comunidade quilombola, bem como as tradições, os fazeres e os saberes em comunidade, para isso, consideramos as narrativas de vida que foram colhidas através dos diálogos estabelecidos no decorrer da pesquisa.

Os métodos baseados nas narrativas autobiográficas e na História Oral permitiram a organização dos dados que foram geridos por meio da transcrição das narrativas e questionários. As narrativas, por vezes, se repetiram de diferentes formas nos posicionamentos dos moradores e representantes da Associação de Moradores.

Partindo da pesquisa foram compartilhadas experiências desenvolvidas na Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo (BA), por meio das análises estabelecidas nas relações entre tradições orais, narrativas e saberes tradicionais que circundam o território quilombola. Na perspectiva de pontuar a substancialidade das narrativas dos sujeitos que compartilham as experiências e vivências dentro desse espaço coletivo.

Promovemos as reflexões sobre as potencialidades das fontes orais para a escrita de novas histórias para a comunidade e região, histórias essas que contradiz as memórias expostas pelos religiosos, viajantes, colonizadores e demais olhares que oficializaram mitos e equívocos sobre a cultura, formação, tradições e modo de vida da Comunidade Quilombola da Monte Recôncavo. Desta vez, a história se materializa em diálogos estabelecidos pelas vozes dos moradores locais.

Nessa lógica, as adaptações na descrição das narrativas foram realizadas de modo a respeitar o formato original, como nos foi contado por cada um deles. Refletimos sobre a escrita de algumas palavras e o modo que eles falam, isto é, mesmo sabendo que a palavra é escrita de uma forma, não quisemos descaracterizar a essência da fala de cada um. Deixamos explícito aqui que não estamos diminuindo os conhecimentos dos participantes da pesquisa, mas buscamos sim, manter as vivências de ouvintes.

#### **4.1 MEMÓRIAS: EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS**

Os entendimentos conceituais sobre memória são parâmetros que se estendem ao ato de reconhecer que a memória é um elemento que procura legitimar o passado e a tradição, evocando o sentimento de identificação do sujeito dentro de um grupo. A busca memorial pode ser julgada como explicações históricas de grupos minoritários, o registro contido na memória contribui para o vislumbamento do futuro, transformando os moradores em sujeitos históricos.

A construção da consciência histórica, segundo Hall (2006) vai além de apropriar-se dos fatos passados, mas transforma-se em um processo constante de formação cultural, tornando essencial que os moradores saibam que as referências de espaços e territórios são importantes para o estabelecimento do senso de

identidade. O lugar onde nascemos, moramos, trabalhamos são domínios precisos para a identificação dos outros e para o estabelecimento de um parâmetro pessoal.

As noções de consciência histórica repousam na história da formação e identificação com seu território e na percepção de como suas vivências e memórias estão entrelaçadas com as lembranças de outras pessoas. Possibilita, assim, a criação de uma teia de saberes que se faz presente nas narrativas dos moradores.

Chamo minha comunidade de principado, essa nomenclatura: Principado Quilombola do Monte Recôncavo surgiu depois de uma pergunta que nos fazíamos: - Para o Brasil da África só veio escravos e da Europa só nobres? Daí respondo: da mãe África vieram reis, rainhas, príncipes e princesas que aqui foram escravizados. Eu sou príncipe do Principado Quilombola do Monte Recôncavo, negro lindo e não bonitinho e meu pai o rei, minha mãe a rainha do principado.

O Monte Recôncavo tem uma existência que beira a data do início da ocupação portuguesa no país a partir de 1530, pois já é citado no Tratado Descritivo do Brasil de Gabriel Soares que a serviço da coroa veio ao Brasil para fazer uma espécie de inventário das novas terras para o rei. Ela se desenvolve ao redor do Engenho do Monte que ficava localizado em terras, hoje sobre a propriedade da Fazenda Monte e, com o declínio da produção açucareira migrou para a parte mais alta e cresceu ao redor da Igreja, hoje com o crescimento da população tem feito o caminho inverso (Pedro).

Nas comunidades tradicionais, as memórias são de fato instrumentos essenciais para manter viva a sua historicidade, salvaguardando todos os legados de uma civilização estruturada e conhecida por suas existências e resistências. Seguindo Bauman (2005) compreende-se que para buscar o pertencimento torna necessário submeter os seus interesses pessoais em benefício da solidariedade de que o grupo necessita para resistir a um grupo ainda maior é o que acontece nas comunidades quilombolas e indígenas, o querer individual passa a ser submetido ao interesse coletivo.

A história da nossa cidade foi muito pautada na história da família Bulcão e do Barão de Cajaíba, para além desses vultos históricos, a invisibilidade é enorme, é como se não existisse resistência negra nessa cidade e o Monte Recôncavo está nesse lugar.

Lugar de resistência autointitulada Comunidade Quilombola e na cidade de São Francisco do Conde, além do Monte Recôncavo temos a Comunidade Quilombola Dom João e fiquei sabendo que a Comunidade da Ilha do Paty também foi certificada, então, temos na cidade de São Francisco do Conde três comunidades quilombolas certificadas e estamos empretecendo, enegrecendo a história da nossa cidade. Não esperamos um órgão oficial falar por nós mesmos, quando penso no relatório manuscrito eu penso na legitimação de um discurso, então, falamos por nós mesmos.

Esse relatório, o relatório antropológico, foi construído em um período, batemos de porta em porta, conversando com os moradores mais antigos e

aqui em um ato de respeito vou citar alguns: seu Roxinho, Gregório, Dona Mundinha, então, vários moradores foram imprescindíveis para que essa comunidade fosse certificada (José).

Mostra-nos Silva (2019) que ao falar de memória ancestral podemos nos remeter a memória negra, que desde o momento em que o colonizador decidiu apropriar-se dessas pessoas categorizando-as como escravos, investiu também em invisibilizar todo e qualquer vestígio de sua história, tendo a escravidão como forma desumana de apagamento da identidade desse povo.

Como já relatado, nossos ancestrais chegam como escravos, expatriados de África e aqui foram explorados nos engenhos de açúcar. Vale ressaltar que aqui no Monte Recôncavo existia um total de dezessete engenhos ativamente, produzindo açúcar para ser exportado para a Europa.

O Monte existe enquanto freguesia desde 1608, então a chegada é anterior a essa data, já que em 1578 já se tinha notícias da existência do Monte Recôncavo. Os primeiros chegam pela Baía de Todos os Santos através do Rio Paramirim, na condição de escravizados como a grande parte da população negra em território brasileiro (Paulo e Pedro).

Os africanos e seus descendentes conseguiram, de certa forma, ultrapassar a tentativa de apagamento cultural, construindo seu legado e, a partir desse pressuposto a “memória negra é o legado da luta permanente empreendida pelos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil para garantir a sobrevivência física e simbólica dessa população” (SILVA, 2019, p. 42).

As lembranças despertadas afirmam a sobrevivência do passado que estão vivas até hoje na memória das moradoras, no qual repousa a história da formação de seu território e seu modo de vida em comunidade, aplica-se também a forma como os antigos, seus ancestrais chegaram ao Monte Recôncavo, relembram:

Menina, como chegaram aqui? Já nasceram aqui, como Amélia, pessoas mais velhas que alcancei como minha avó, madrinha, são filhos daqui. Então, as pessoas que viviam no engenho, se instalaram ao redor da igreja e migraram dos engenhos para aqui. Depois que foi construída a igreja e como aqui tinha muito engenho, desses engenhos as pessoas vieram morar aqui, assim diz os mais antigos (Dália).

Vieram das pessoas que trabalhavam nos engenhos e do Sobrado<sup>14</sup> que por sinal naquela época tinha escravos, as pessoas foram escravizadas, o Sobrado hoje não existe mais, mas naquela época tinham escravos que ficavam amarrados, acorrentados, tinha correntes lá, essas coisas, ainda tinham escravos. Tem gente aqui no Monte que alcançaram os escravos. A velha Bárbara mesmo era escrava. Meus parentes são todos daqui, tudo falecido, mas são todos daqui, meus pais, tios, a mãe de meu pai, a mãe da minha mãe, minhas avós e meus bisavôs são tudo daqui mesmo (Rosa).

---

<sup>14</sup> Casa grande disposta na área territorial pertencente outrora ao Barão Viana.

Diziam que os negros fugiam e se refugiavam aqui, pelo que contam, aqui era um lugar de refúgio dos escravos, também vieram dos engenhos, construíram suas casas ao redor da igreja. Aqui a igreja, os mais velhos falavam muito da igreja que foram os escravos que construíram, desde quando eu me entendo por gente já existia, eu morava ali perto do ginásio, nasci e fui criada aqui, com 14 anos que passei para cá, perto da praça. Minha família também é daqui, meu pai foi dali do Socorro<sup>15</sup> e minha mãe sempre foi daqui (Violeta).

Com a construção da igreja, construída pelas mãos dos escravos, que teve seu posicionamento estrategicamente definido e funcionou também como ponto de referência aos navegadores, observatório de proteção contra o inimigo invasor, a população foi aos poucos subindo o espigão até povoar todo o território ao redor e próximo a igreja. Com o crescimento populacional esse caminho está sendo invertido e as pessoas estão ocupando a parte de baixo também (Pedro).

Desse modo, é notório que existe a interligação essencial entre fatos históricos e memória, sendo a memória a fonte promotora das noções de pertencimento, além de ser o agregador da comunidade em prol dos atos de resistência. Já identificava Halbwachs (1968) que com o dispositivo coletivo da memória, tal ação pode ser considerada um fenômeno social, isto é, episódios formados através da coletividade e acorrentados às mudanças incessantes.

A memória é uma ferramenta fundamental para a formação dessas comunidades, sendo a mesma, acompanhante das transformações que acontecem no decorrer da história. A memória molda o sujeito, assim como o sujeito utiliza de meios para esculpi-la. A fala de dona Dália nos remete ao caminho que os moradores trilharam para existir e resistir às mudanças incessantes do tempo e, como os moradores desta comunidade intenta preservar sua história.

Desde muito tempo, a minha mãe e muita gente tenta preservar a nossa história e tradições. Das coisas que vivemos antigamente que era muito bom, como a esmola cantada, às vezes esmola pedida. Aí o povo ficava contente, alegre, satisfeito, eu acho que naquele tempo o povo vivia mais feliz do que agora, mais unido, tudo o que tinha se dava.

Se alguém fizesse uma feijoada que o outro não fazia, dividia. Se fizesse um cuscuz, dividia. Fizesse um bolo, dividia, uma pamonha, tudo era dividido, mas agora ninguém quer dar nada ao outro, tem medo de macumba, tem medo disso e daquilo, aí pronto, mas vivia mais feliz. Era assim: - Ohhhh, fulano tem o que pra comer?.

Aqui mesmo era assim, se minha vó fizesse uma panela de cozido não deixava para outro dia, dividia com todo mundo com os parente e com quem chegasse, todo mundo se sentia satisfeito (Dália).

---

<sup>15</sup> Bairro de São Francisco do Conde (sede). Do Monte Recôncavo é possível visualizar alguns lugares de São Francisco do Conde, inclusive, o Socorro.

As comunidades quilombolas procuram fortificar os laços e vivências em grupo através da multiplicidade instituída pela memória, isto é, ao lembrar as memórias os sujeitos realizam escolhas dentro de uma composição flexível: mitos, tradições, heranças, legados, representações, simbolismo e modo de vida retirados do fundo da memória.

A memória é concebida como um elemento ancestral, propulsor de resistência e luta por direito territorial e de reconhecimento, visto que, legitima os agentes patrimoniais e é por ela que se reconhecem e constroem as noções de pertencimento. O sentimento de pertencimento referente às suas origens fica evidente nas vozes das moradoras.

Sou Negra, pela raça mesmo, todos os meus antepassados foram negros, se teve algum branco não conheci, então, por isso me considero negra e tenho orgulho de ser negra (Violeta).

Me considero quilombola sim, vivo aqui sou de origem negra todos nós somos (Rosa).

Sou quilombola, moro aqui no Monte, reconheceu que aqui é uma Comunidade Quilombola, então sou quilombola. Tá todo mundo junto e misturado. Sou negra, dou valor a minha pele, tenho orgulho da cor da minha pele e dos meus mais velhos (Margarida).

Nas comunidades quilombolas, a memória tem sido considerada um fator representativo das suas existências e resistências.

O território quilombola de resistência acaba criando uma identidade que é própria, mas que é uma identidade que também está refletida em outras comunidades quilombolas. Enquanto comunidade quilombola, lutamos bastante sobre a importância da visibilidade, sobre a importância de enxergar o quilombo como lugar de epistemologias e transgredir essa visão romantizada do que seja um quilombo.

O Monte Recôncavo é muito questionado sobre a legitimidade de ser quilombola, muitos visitantes querem chegar aqui e encontrar um quilombo de 500 anos atrás. E Lamento dizer que o nosso quilombo Monte Recôncavo, além de nossas riquezas culturais e tradicionais, nós temos universitários, nós moramos em casas de alvenarias, alguns moradores tem seus automóveis, por que estou falando isso, para que se entenda que quilombo também é lugar de desenvolvimento.

A gente precisa superar esses equívocos, temos espaços e lugares que representam o legado dos nossos ancestrais, a gente tem casa de farinha, tem casa de dendê, de fazer azeite, mas além, desses espaços tradicionais, nós temos vários tipos de desenvolvimento, então, é importante frisar que essa visão romantizada não pertence à Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo.

Sempre estou no lugar dessa discussão de contradizer que aqui não é um quilombo. Quando questionam - mas aqui tem água encanada! respondo – Por que não?! É como se fosse, tipo, que uma comunidade quilombola não pudesse ter tecnologia, é como se a comunidade quilombola não pudesse ter desenvolvimento. Então, a gente precisa superar essa visão romantizada do que seja uma comunidade quilombola. Lendo Clóvis Moura, suas colocações

a meu ver é muito importante “o inverso de casa grande não é senzala. O inverso de casa grande é quilombo. Por que Quilombo é resistência” (José).

A evolução do ser humano acontece quando existe uma continuidade histórica para que se sintam parte integrante do seu ambiente, identificando-se como um agente transformador da sociedade. Por conseguinte, as tradições, crenças, credos, cultura, culinária, modo de vida, assim como as narrativas dos antepassados são valorizadas dentro da comunidade em prol da perpetuação da cultura, dos saberes e ancestralidade. A memória é uma construção coletiva e não de atuação de sujeitos isolados.

## 4.2 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

A organização produtiva, econômica e de subsistência na Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo eram providas do labor rural, nos vários engenhos de açúcar da região, sendo o cultivo da cana-de-açúcar basilar para a economia da região em outrora.

A plantação e cultivo da mandioca e extração do dendê são práticas vivas até os dias atuais, por se encontrar próximo demograficamente do mangue e de rios, alguns até hoje, vivem da mariscagem e da pesca. Tais organizações são identificadas nos relatos dos membros da comunidade:

Então, as pessoas que viviam no engenho, ao redor do engenho, que migraram para aqui, depois que foi construída a igreja, aqui tinha engenho, esse engenho aí, o pessoal vivia de que?! Criando galinha, porco essas coisas para poder sobreviver, da agricultura plantando mandioca fazendo muita farinha, tinha o mangue também que dava muito sustento a esse povo que agora o mangue está desprezado, mas já deu muito sustento a esse povo quem podia era pra comer quem não podia era para vender para poder comprar alguma coisa para comer ou fazia uma troca (Dália).

Falar da ordem produtiva é falar de uma relação íntima com esse território que vai muito além da terra, né, essa territorialidade perpassa pela relação afetiva com essa comunidade, no dia-a-dia nessa relação com a terra. A gente produz, é uma comunidade que tinha uma relação mais forte com a pesca, com a lavoura, com a agricultura, eram práticas que infelizmente vem diminuindo, isso se deve a outros modelos de produção, nós temos estudantes da comunidade que acaba saindo, tem a indústria, então, a pesca e a lavoura ficam mais próximas da realidade dos moradores mais antigos (José).

No passado não muito distante, a economia local se desenvolvia a cerca dos serviços da agricultura como o canavial, cultivo da mandioca para a produção de farinha, produção de banana, o trabalho nas fazendas de cacau, produção do azeite de dendê, a extração de mariscos com ênfase para o caranguejo, siri, ostra, sururu e a pescaria também foi muito utilizada no desenvolvimento e subsistência da população. O cultivo do cacau, vale ressaltar que foi em

terras, na fazenda Engenho D'água, que se desenvolveu o primeiro cultivo de cacau de todo o recôncavo baiano. Mais a chegada do Conselho Nacional do Petróleo no final da década de 40 do século passado, esse cenário se reconfigura e a produção industrial passa a ser o novo atrativo local (Pedro).

Os moradores mais antigos ainda realizam práticas que aprenderam com seus antepassados, algumas habilidades que foram herdadas dos indígenas e muito realizadas pelos escravos, como a produção de farinha, o cultivo da mandioca, o uso de ervas e a pesca.

Na comunidade os moradores falam da questão das roças mesmo, por que muitos moradores daqui trabalhavam nos engenhos, trabalhavam nessas fazendas, meu pai, por exemplo, nasceu no engenho D'água, então, muitos fizeram roças aqui. Então plantavam mandioca, milho, banana, temos árvores frutíferas (João).

O povo vive para sobreviver, os lavradores e a maré, as marisqueiras, antes iam pescar para vender, mas hoje quase ninguém vai, ou seja, mulheres vai pegar marisco bem pouco, os homens hoje vão mais do que as mulheres, mas bem pouco comparado a antigamente (Violeta).

As produções econômicas das comunidades quilombolas se diferenciam da força produtiva voltado ao capitalismo. As terras quilombolas podem possuir elementos de mercadoria, todavia, para as comunidades negras rurais, as terras são concebidas como o seu território. As práticas de produção e ocupação do solo, bem como a mão-de-obra e o produto do trabalho de seus membros são formas rudimentares comparadas à visão capitalista.

As terras por eles ocupadas, seu território e seu modo de produção econômico, apesar de ter surgido outros modelos de produção e trabalho, no caso a indústria, através da Petrobrás e a empregabilidade na Prefeitura Municipal, a maneira de manter-se economicamente e socialmente por meio da agricultura e da pesca ainda são tradições do lugar. Para Gusmão (1995) o homem que usa a terra para a subsistência e modo de organização:

(...) “pensa a posse e o uso da terra na qual vive ou vivia (...), luta para preservar, conquistar ou reconquistar seu objeto e meio básico de trabalho e vida”. No entanto, “não se limita à luta pela terra (...) a cultura, a religião, a língua ou o dialeto, a etnia ou a raça (...), todo um conjunto de valores culturais entram em linha de conta, como componentes de um modo de ser e viver” (GUSMÃO, 1995, p. 18).

Segundo Gusmão (1995) existe uma contraposição no valor que o capital acaba impondo sobre a terra, em que esta é vista somente como um bem econômico, invalidando seu significado cultural e simbólico. O saber fazer, a memória, a cultura

dessa comunidade completa o significado da terra, definindo assim, seu território. O significado atribuído a terra pelas comunidades negras rurais contribuem para que resistam à expropriação que impedem que as mesmas sejam descaracterizadas.

O cargo chefe voltado à economia hoje na comunidade é a indústria e a prefeitura. Já foi muito forte há décadas a pesca, a agricultura, o plantio. Tinha muita plantação de mandioca, cacau, feijão de corda, dendê. Temos a casa de azeite, produzimos dendê. Temos a agricultura familiar, mas para a sobrevivência. Temos plantação de mandioca e as casas de farinha (Paulo).

Vou tomar um dado do ponto de vista da unidade escolar todos os documentos são preenchidos como comunidade rural, por que o fato dela ser urbanizada com calçamento, água encanada, luz elétrica etc, isso não a caracteriza como urbana, pois ela não está no centro urbano, como aqui tem a prática do cultivo de mandioca, de árvores frutíferas ela é cadastrada no MEC como comunidade rural (José).

Os moradores que cultivam ainda hoje as relações rurais com a terra recriam e reafirmam sua origem rural. Destacando dentre essas relações as plantações de fundo de quintais, produção do dendê, plantações em terrenos comunitários e roças de mandioca. Resistir tem a ver com o que seus moradores plantam, com quem e onde. “Tem a ver com regras de sucessão e transferência da terra, que não conhece formalidade e inventários pelo fato de não se caracterizar como relação mercantil, mas, ser investida de uma reciprocidade positiva entre grupos familiares” (GUSMÃO, 1995, p. 112).

O atual cenário nos mostra ainda um pouco da produção rural, produção de azeite e extração de mariscos. Porém, a maioria da população tem se voltado para a área industrial e o trabalho no setor público como principais meios de sobrevivência da população. Hoje muitos componentes da comunidade estão fora de suas casas, em outros estados para trabalhar e manter a vida (Pedro).

Neste contexto, a instalação da Refinaria Landulfo Alves, datando o ano de 1950, aplicada na exploração do petróleo na região modificou significativamente as relações de trabalho e o poder aquisitivo dos moradores da comunidade. O município e a empresa não ofertam a qualificação profissional para os munícipes, que representa uma grande parcela da população. A implantação da indústria e o declínio dos engenhos de açúcar impactaram a economia do lugar

Contudo, atualmente, uma parte dos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo presta serviços para a Petrobrás (poucos), outros trabalham na prefeitura através de indicações políticas, alguns como funcionários públicos e uma parcela ainda trabalha na lavoura, plantio, pesca e na produção de farinha e dendê.

Os demais moradores que foram procurar emprego em outros municípios e em outras regiões não perderam o vínculo com sua comunidade, pois se mantém juntos através do forte laço de pertencimento, da relação afetiva com os parentes que ainda residem na comunidade.

### **4.3 PATRIMÔNIO CULTURAL: DO MATERIAL AO IMATERIAL**

Todo lugar carrega e guarda memórias, silêncios e histórias, a comunidade quilombola e seus respectivos espaços geográficos é uma construção humana que se originou da construção coletiva, através da materialidade registra a presença ancestral. A multiplicidade de saberes e fazeres por parte das comunidades negras se embasam em aspectos pautados em suas experiências, enquanto grupos singulares, que encontra na memória do patrimônio cultural um valioso instrumento de reafirmação e reprodução de seus saberes.

O patrimônio cultural material e imaterial retrata a história do lugar, pois caracterizam os saberes, celebrações, formas de expressões, arquitetura e lugares que reproduzem práticas culturais coletivas. Por Patrimônio Material e Imaterial seguimos as postulações estabelecidas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão responsável pela conservação do acervo patrimonial do país.

De acordo ao IPHAN (1936) o Patrimônio Histórico Cultural é definido como um bem material, natural ou imóvel que estabelece significância e substancialidade artística, cultural, documental, religiosa ou estética para a sociedade, já o Patrimônio Imaterial configura-se como práticas, expressões, representações, técnicas, lugares e manifestações reconhecidas por comunidades como parte integrativa de seu patrimônio cultural.

Na relação ajustada entre o material e o simbólico procuramos pontuar os sentidos de patrimônio material e imaterial guardado na memória social dos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo. A análise possibilitou a revelação de temas que se envolvem aos elementos simbólicos e do imaginário, associando o patrimônio às suas representações sociais.

Os moradores reconhecem como patrimônio material do lugar a Igreja Nossa Senhora do Monte, os engenhos, o sobrado, o Tororó<sup>16</sup> e, imateriais o samba, a capoeira, a religião e as outras manifestações culturais. De acordo a Latour (2012) os aspectos materiais e imateriais são distintos, mas mantém uma relação alinhada, representando aspectos imbricados, fundamentados no substrato material e nos significados que apresentam os bens, fazeres, saberes e representações que demonstram a realidade em sua objetividade.

A memória dos mais velhos e dos moradores que seguem a comunidade, evidenciam a antiguidade da igreja como um patrimônio do lugar, assim como os engenhos de açúcar e as ruínas do sobrado.

A história oficial fala da constituição da igreja, a Igreja Nossa Senhora do Monte é a construção mais antiga de São Francisco do Conde, não é a mais antiga do Monte Recôncavo, ela é a mais antiga de São Francisco do Conde, datada no final do século XVI ao XVII, então por isso, pela questão dos engenhos, nós estamos no meio de vários engenhos, importantes engenhos como o engenho D'água, engenho do Madrugá, então a formação, a história oficial fala desses lugares e são patrimônio do lugar, mas a única tombada é a igreja (José).

No Principado Quilombola do Monte Recôncavo no auge da produção açucareira durante a era Colonial e Imperial detinha em seus domínios vários Patrimônios Históricos, a meu ver. De engenhos produzindo a todo vapor e alavancando a economia local e nacional eram 17 (dezessete): Engenho do Monte, Maracangalha, Quibaca, Cabaxí, Mucurí, Pouco Ponto, Natiba, Bomba, Limoeiro, Gama, Lagoa, Santa Cruz, Caruaçu, Novo, Engenho de Baixo, Engenho D'Água e São José. Entre Capelas e Igrejas eram 12: Nossa Senhora do Vencimento, Santíssima Trindade, Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Roque, Espírito Santo, Santa Cruz, São João, Nossa Senhora do Desterro, Bom Jesus de Bouças, São José e Nossa Senhora do Monte. Muitos desses engenhos e capelas hoje não existem mais, estão em ruínas ou sofreram ações de vândalos. Outros não pertencem mais ao território por questões de reconfiguração espacial dos municípios e da Lei de Abairramento da Cidade de São Francisco do Conde, como é o caso de Lagoa e Maracangalha que hoje pertencem à vizinha São Sebastião do Passé.

Mas podemos citar como Patrimônios Históricos Tombados na localidade a Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte, considero também seu entorno, adicionando a ela a Praça Nossa Senhora do Monte, o Clube da Irmandade de Nossa Senhora do Monte (atual Salão Paroquial) e o Conjunto Arquitetônico composto pela Casa Grande, Senzala e Capela Bom Jesus de Bouças da Fazenda Engenho D'Água.

Além desses temos também os bens naturais como o famoso e encantador Tororó, Os Milagres que é um pequeno córrego d'água, fontes como a do Daniel, Fonte do Engenho D'Água, Fonte da Fazenda Monte, Cachoeira de Seu Roxinho que, na verdade não pertence às terras do saudoso Roxinho, mas o acesso é feito pelas terras então pertencentes a ele. A torre do Engenho do Monte que resiste ao tempo e continua de pé em meio as ruínas do antigo engenho e nosso vasto e produtivo manguezal. Tínhamos também

---

<sup>16</sup> Fonte de água utilizada pelos moradores do Monte Recôncavo.

na Rua do Prédio Pé do Louco, que era um local destinado ao culto aos Orixás do Candomblé (Pedro).

As narrativas demonstram a reafirmação dos elementos do patrimônio como lugar da memória, mostra a diversidade dos preceitos valorativos representados pela comunidade, haja vista que os lugares são espaços nos quais são vivenciadas relações entre os moradores, existe a ligação efetiva entre o lugar e o sentimento de pertencimento.

O reconhecimento de aspectos históricos da igreja mostra como os moradores a reconhecem como patrimônio e bem material da história do lugar. Elevam a representação da igreja por que foi edificada pelos escravos, ou seja, seus antepassados.

Patrimônio material daqui mesmo é a igreja e as coisas da igreja: os parâmetros, o extensores, a gaveta, o cálice isso aí tudo tem muito tempo, desde que foi construída a igreja, desde o padre Frei Eliseu. E a igreja foi construída pelos escravos, pelas mãos dos escravos que tinha nos engenhos (Violeta).

Patrimônio Material, hum!! Temos a igreja, o Tororó, os antigos engenhos. O Tororó é o lugar onde tem uma bica que íamos tomar banho, na lavagem do Monte todo mundo pegava seu balde e ia buscar água lá para lavar a igreja. Quando não tinha água encanada os mais velhos usavam lá para lavar roupa (Rosa).

A condição dialógica entre a relação do presente com o passado pode ser compreendida quando o presente se relaciona ao passado, porém a reconstrução do passado se dá no presente e nele são estabelecidas, logo, existem concomitantemente “memórias criadas” e “memórias herdadas”. Para Spink (2004) ao realizarmos a organização entre o passado em relação ao presente, a memória constitui-se como um elemento estabelecedor de sentido, sustenta a edificação social dos sujeitos em suas relações sociais.

Os moradores demonstraram ter conhecimento sobre a história do lugar e a partir das narrativas percebemos a importância do patrimônio como representação do bem material para a comunidade. A Igreja Nossa Senhora do Monte se caracteriza como patrimônio referencial da região.

Nas falas dos moradores como a de seu Pedro, podemos identificar que os antigos engenhos, apesar de trazer lembranças sofridas, também são apontados como patrimônio material.

Muitas coisas mudaram aqui. Nas terras da atual Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo que também já foi conhecida como Vila do Monte foi introduzida à cultura da cana-de-açúcar, o então chamado ouro branco, isso

culminou com a construção de cerca de aproximadamente 17 (dezessete) engenhos de produção de açúcar na localidade, muitos dos quais hoje em ruínas ou com poucos sinais de sua existência e da imponência dos áureos tempos do poderio dos Senhores de Engenhos. O declínio do ciclo açucareiro fez com que as fazendas de Engenhos como Engenho D'água, Engenho do Monte fosse ficando em ruínas. A Comunidade do Monte Recôncavo começou a se desenvolver no entorno do Engenho do Monte do qual hoje só temos como referencia a chaminé, que heroicamente resiste ao tempo (Pedro).

O declínio da produção açucareira e sua decadência econômica na metade do século XVIII, acompanhado da descensão da economia açucareira, levou ao abandono das terras de engenho por seus antigos proprietários e na degradação material do patrimônio erguido. Quando os moradores atribuem valor simbólico ao patrimônio material e imaterial, possibilitam o reconhecimento de um passado, de uma cultura, das tradições, conecta-as com a contemporaneidade.

O valor patrimonial para Dias (2015) guarda os espaços da memória que, é envolvido por uma diversidade de símbolos, entendidos na multiplicidade das práticas humanas. Estes símbolos permitem a explicação que o sujeito ou o grupo o interprete e acabam sendo reconhecidos em uma especificidade sejam elas: realidades concretas, atos, objetos, ou seja, a existência factual e relativa da dependência ou independência dos significados que lhe damos.

A igreja é um patrimônio daqui, o sobrado também, o antigo sobrado é uma casa grande que nem existe mais que eram dos senhores de engenhos, eles mudaram para Salvador e deixaram ai se acabar, mas não enxergamos mais de longe como antigamente, só sobraram as ruínas do moinho. Lá tinha os lugares dos escravos, a senzala (Violeta).

Patrimônio arquitetônico temos a igreja Nossa Senhora do Monte, a igreja passou pelo processo de tombamento como patrimônio material e histórico do lugar, mas imaterial temos o samba, a capoeira, tem o Afoxé, tem as Karetas de São Francisco do Conde, o bumba-meu-boi (João).

O patrimônio torna-se um elemento simbólico que justifica a característica material e imaterial, que projeta o passado outrora vivido, que pode ser lembrado, certifica que o passado não seja esquecido e estabelece o efeito de estabilidade, isto é, garante a permanência na história por meio da memória.

As questões ligadas à religiosidade também são apontadas como um patrimônio da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, pois é mantido e passado de pai para filho, reforçando o sentido religioso familiar.

Já participei de muita coisa na igreja. Sou católica, minha família também, graças a Deus tudo católico. O povo que me criou é todo católico. Minha avó, tio, madrinha, tudo católico, também por conta da influência da Igreja Nossa Senhora do Monte (Dália).

A religião dos moradores é um meio de socialização e exhibe traços culturais deixados pelos processos de colonização portuguesa, assim como de matrizes africanas, reproduzidas também pelo sincretismo religioso. A pesquisa de campo constatou que antigamente o predomínio religioso era da religião católica, entretanto, com o decorrer do tempo, a religião protestante se juntou a religiosidade do lugar, também identificamos o candomblé como forma de religiosidade na comunidade.

A história, a cultura e a memória se perpetuam. No entanto, alguns fatores externos e também internos, influências de outras religiões tem dificultado a manutenção, propagação e difusão dessa riqueza histórico cultural que chamamos carinhosamente por Principado Quilombola do Monte Recôncavo. A situação econômica atual do local faz com que nossos jovens tenham que sair do estado pra trabalhar fora, isso se configura em um processo de descontinuidade.

A interferência de religiões protestantes que fez com que muitos abandonassem seus credos, crenças e rituais. Por vezes, também um local que em sua maioria é eminentemente composta por católicos sofre ou sofreu influências negativas vindas de membros superiores da própria igreja. Como exemplo podemos citar: por duas vezes o então Clube da Irmandade de Nossa Senhora do Monte, atual Salão Paroquial, tentaram tirar da comunidade e tivemos duas verdadeiras batalhas para evitar tal usurpação, uma delas pasmem, tivemos que bater de frente com o então Pároco local (Paulo e Pedro).

Notamos assim que a religiosidade compõe o conjunto de bens imateriais da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo. De acordo a Pelegrini e Funari (2008) religiosidade constitui-se como um termo e uma prática muito antiga, sendo um termo amplo que busca transpor as definições mais afuniladas de magia, crença, religião, ritual etc, que abarcam sentimentos generalizados que são associados às práticas religiosas. Para os autores, no que cerne o ponto de vista cultural, a religiosidade pode retratar um conjunto de atividades que junta às crenças aos rituais, tendo o patrimônio cultural imaterial religioso a capacidade de apresentar a variedade de interesses sociais.

A variedade de religiões e a revelação de traços culturais herdados pelos colonizadores ficam evidentes nas narrativas dos moradores quando questionados sobre qual religião integram e quais religiões conhecem a existência dentro da comunidade.

Faço parte de algumas ações da igreja, mas já participei muito das manifestações daqui. Sou católica, mas minha família é tudo misturada, tem gente do candomblé, tem evangélico, não discrimino nenhum por que quem gosta vai, eu gosto da igreja católica e vou, cada um gosta do que quer, eu sou católica desde pequena, meus pais me passaram isso, meus antepassados tem um monte que é do candomblé, o povo é dividido, que

também é uma religião que veio da África. Meu tio mesmo era Pai de Santo (Margarida).

Sou católica, aqui em casa todos são católicos, mas outros parentes são de outras religiões, tem candomblecistas, evangélicos. Participo de manifestações na igreja. Por enquanto, estou como ministra extraordinária da sacristia e comunhão, ajudo em outras coisas na igreja (Violeta).

Aqui tem candomblé, tem igreja católica, igrejas evangélicas. Sou evangélico, mas parte de minha família é católica.

Aqui mesmo algumas pessoas associam o quilombo ao candomblé, eu sou evangélico e sou presidente da associação de moradores. O ex-presidente, que é o atual vice-presidente é do candomblé, então, criamos a estratégia de ter um evangélico na linha de frente da associação para tentar quebrar esse preconceito.

Já ouvi relatos de algumas pessoas que, por exemplo, não veio pegar as cestas básicas que entregamos no começo da pandemia porque associam ao candomblé (Paulo).

A religiosidade está presente nas relações da comunidade e geram grande representatividade, mas geram também conflitos, podemos perceber isso na fala do presidente da associação de moradores. Todavia, as atividades religiosas acomodam as relações em comunidade, demonstram a diversidade e riqueza dos ritos religiosos do local.

Para os moradores católicos as cerimônias religiosas e datas comemorativas são organizadas e possuem um cronograma calendarizado, os festejos e eventos são realizados e contribuem para um maior envolvimento dos membros da comunidade, promovendo a proliferação do sentido das crenças e tradições.

O local que vivemos é berço de diversas manifestações culturais como já foi dito, tem muitas datas comemorativas como a Semana de Teatro que geralmente acontece entre setembro ou outubro, a ação cidadã geralmente no mês de setembro, a já tradicional Ressaca do Carnaval entre outras. Porém, a data de maior comemoração e demonstração de fé é o Novenário de Nossa Senhora do Monte que vai de 24 de janeiro a 01 de fevereiro e o grande e especial dia 02 de fevereiro, quando é celebrada a Missa Solene, o Chale, a Procissão e Entrega de Ramos (Pedro).

A pluralidade das socializações se transforma em vozes, nas diversas feitura e fazeres se misturam, buscando a estabilidade dos valores coletivos, se estabelecendo na acomodação das memórias e nas representações sociais. Os simbolismos e elementos considerados valorativos são carregados de sentidos e caracterizam o espaço compartilhado, vinculando-se ao patrimônio que também carrega aspectos culturais e simbólicos.

Os festejos religiosos e as manifestações culturais são patrimônios culturais, concebidas como importantes, tanto para a comunidade quanto para a região, além do mais, existe também as práticas ditas profanas que acabam por envolver os membros da comunidade como os festejos do antigo candomblé Pé do Louco.

As manifestações festivas exprimem não somente instantes de socialização, mas também recursos baseados na representação do patrimônio religioso, artístico, estético e musical, fazendo jus às celebrações dedicadas aos santos católicos que recebem missas e procissões, as práticas profanas se juntam as festividades através das atrações musicais.

As representações simbólicas e sociais a partir do ponto de vista dos moradores estão associadas ao cenário histórico, social e cultural que vão se associando aos modos de vida singular, isto é, as manifestações culturais. Os eventos profanos, as missas e procissões na Igreja Nossa Senhora do Monte aconteceram ou acontecem pelo que elas significam e representam para a comunidade.

Os moradores em sua grande maioria demonstram conhecer o patrimônio e as representações culturais, históricas e sociais de sua comunidade, compreendendo que é um legado deixado por seus ancestrais, além de serem elementos valorativos na exteriorização de suas crenças, tradições e cultural.

#### **4.4 HERANÇAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

As comunidades remanescentes de quilombos, por meio de lutas dos Movimentos Sociais, Movimento Negro e a partir da Constituição Federal de 1988 foram declaradas como bem cultural nacional que deve ser protegido pela sociedade. As culturas que permeiam o território quilombola em suas múltiplas manifestações agregam saberes que caracterizam um conjunto de práticas diárias, sejam elas agrícolas, ecológicas, direcionadas ao cultivo de ervas, as expressões artísticas ou religiosas, sob o formato de dança, brincadeiras, jogos, músicas, canto, desenhos, pinturas, festas e atividades artesanais.

O principal benefício que a titulação trouxe ao meu ver, o maior benefício é evidenciar que São Francisco do Conde tem uma história preta e tal benefício é ideológico, sabe! Aqui têm marcadores de africanidades traduzidas nas danças, músicas, manifestações culturais. Imagine que você tem mais de cinco livros falando da cidade e em todos retratam que aqui é terra de barão, sabe! Se for pela história oficial o Monte nunca seria quilombo, nunca seria, mas quando você compreende os marcadores de africanidades nas vivências

desse povo, você diz que ele é quilombo por que você está falando de um lugar que é iminente negra, em São Francisco do Conde a maioria de seus moradores são negros, então, São Francisco do Conde seria um grande quilombo (João).

Os saberes quilombolas não são estáticos, se modificam e refletem na formação social, cultural, econômica, demográfica do Brasil, que, no decorrer do tempo secular foram recriadas e preservadas. “Esses saberes são representados pelos descendentes daquelas etnias que, no espaço territorial do Brasil, estabeleceram comunidades em diferentes regiões e contextos, preservando uma herança cultural e material de valor inestimável” (Filho e Lisboa, 2012, p. 70).

Na marcação do tempo secular os africanos e afrodescendentes transmitiram práticas culturais representadas por vivências, religiosidade, trabalho, herdado dos seus ancestrais. Tais práticas se tornam valores simbólicos e culturais que são representadas pelas manifestações culturais no território quilombola do Monte Recôncavo. As falas dos moradores demonstram algumas manifestações culturais significativas na comunidade.

A procissão, a missa do dia 02 de fevereiro dia de Nossa Senhora que é tradição mesmo, a esmola cantada em janeiro, depois da Semana Santa começava a trabalhar para, era muito bonito. Dia 02 é festa tradicional daqui, dia 03 tinha festa aqui no Monte, porque era o dia de Nossa Senhora da Piedade no Madrugada que foi uma promessa que o povo fez que era pra ir pra guerra e voltar tudo em paz, voltaram tudo em paz e todo dia 03 tinha procissão e missa, dia 04 os cavaleiros montavam no cavalo, tudo enfeitado, enfeitava tudo de bandeira e soltavam fogos era uma festa muito bonita de se ver.

A esmola cantada era uma cantoria só:

Hoje chegou nesta casa, hoje chegou nesta casa,  
Receba com grande amor  
Receba Nossa Senhora  
Não podemos demorar,  
Para aproveitar o dia  
Nossa Senhora do Monte  
Fique em sua companhia  
Quem teve sua esmola, quem teve a sua esmola  
Não tenha pena de dar  
Neste mundo ganha o prêmio  
No outro a salvação  
(Dália)

Tínhamos várias manifestações culturais que desejamos resgatar, por que não pode se perder, pois demonstram as práticas diárias e coletivas de nossa comunidade, estamos tentando reavivar, como a esmola cantada, o grupo de capoeira, o samba, os mascarados, as caretas. Algumas práticas devido à pandemia não estão acontecendo como a capoeira (Paulo).

As manifestações culturais e a religiosidade dessa comunidade estiveram sempre associadas com suas origens afrodescendentes, de onde resgataram ou herdaram conhecimentos, crenças, tradições, músicas, danças e são conservados, se não existem são guardados na memória ou transfigurados no desejo de resgatá-los e mantê-los vivos.

Falar da nossa cultura, falar do Monte Recôncavo é falar das caretas, do caruru de sete meninos, do carnaval produzido aqui. Carnaval tradicional com as caretas, é falar do bumba-meu-boi, do samba de roda, da capoeira, então, o território quilombola de resistência acabam criando uma identidade que é própria que reflete também em outras comunidades quilombolas, pois são marcadores de africanidades (João).

O que o povo herdou dos nossos ancestrais acho que foi mais o candomblé, desde que era criança eu vejo falando do candomblé das músicas, dos rituais, as danças. O caruru de Cosme e Damião foi herdado. A Maniçoba também, nunca mais fizeram, mas também é uma herança, o sarapatel é uma comida típica (Violeta).

Algumas manifestações culturais citadas podem ser visualizadas nas imagens:



**Figura 27:** As caretas.



**Figura 28:** Bumba-Meu-Boi Fonte: Secretaria de Turismo.

Os grupos quilombolas dispersos pelo Brasil contribuem com a marcação do entendimento sobre a presença de elementos africanos inseridos na cultura brasileira. A matriz africana segundo Lody (2006) se reflete nas múltiplas formas de ser do brasileiro, do viver, a apreciação da arte, na culinária ou até mesmo na dança. Para Lody, as realizações estéticas estão dispostas no corpo, na história contada, nos objetos simbólicos, nos sons cantados, na sonoridade dos instrumentos musicais tocados, nas diversas expressões que representam a brasilidade.

O samba, a capoeira, o candomblé são heranças dos nossos ancestrais. De primeiro quando existia o Candomblé Pé do louco essa rua aqui fechava, todo mundo ia, independente de religião, aqui embaixo tudo fechava, era uma festa, era lá em cima. O pai de santo que batia candomblé, tambor, fazia matança, tudo assim, todo mundo comia, era para quem quisesse, oxeee,

todo mundo ia, quase ninguém ficava aqui embaixo todo mundo ia, eu ia e um monte de gente.

Tinha o Afoxé a turma vinha toda vestida de baiana com jarrinho na cabeça, os meninos tocando com aqueles tambor, pense aí, a galera toda dançando e a gente atrás cantando batendo palmas, era muito importante, de vez enquanto acontece. Dia de São Roque, dava pipoca a gente dava um dinheirinho, né! Botava a mão assim e enchia de pipoca, era bom, não tenho fotos, mas era bom demais (Margarida)

A Capoeira é uma prática cultural daqui, tem um homem que joga, ele realizava roda de capoeira.

Tem mais, a roda de samba, aqui tem um rapaz que no dia da lavagem da igreja tem roda de samba, montava o palanque e a festa acontecia com roda de capoeira e roda de samba.

Ainda tinha isso, o candomblé Pé do louco, tinha o candomblé uma manifestação que em uma data realizava a festa, todo mundo se juntava quando tinha, agora virou roça. Mas era bom demais (Rosa).

As festas e manifestações culturais na comunidade fortificam as relações interpessoais do grupo, pois os eventos aglomeram parentes e visitantes de outros lugares. A festa principal nesta comunidade é o festejo católico homenageando Nossa Senhora do Monte, tendo programação religiosa e profana, momento de socialização intensa e manifestação de fé da comunidade.

Os rituais ligados ao Candomblé foram reduzidos, devido a outras práticas religiosas que foram surgindo na comunidade, como o protestantismo<sup>17</sup> que foi consolidado na comunidade. Alguns católicos e candomblecistas se converteram para a religião evangélica, antes participavam das tradições culturais e religiosas, os convertidos se tornaram meros expectadores.

As manifestações culturais existentes na comunidade, atualmente, hoje é difícil de responder, mas existe. Preciso pontuar duas coisas, a gente precisa entender que esse não reconhecimento, reverbera no trabalho da associação por que algumas pessoas não se consideram quilombola, mas existem vários motivos para que elas não queiram se reconhecer quilombola, não é acaso, o tornar-se negro é um chamado que a gente leva por toda vida, por que não é fácil dizer que você é preto, não é fácil você dizer que é quilombola, por que a mídia e o Estado se encarregam de dizer que ser preto é ser pobre, é ser marginal, é não ter inteligência, então, a associação procura, tenta pensar o lugar do não reconhecimento.

O conflito ideológico, político e social é comum nas comunidades quilombolas, não é exclusivo da comunidade do Monte, se você for analisar outras realidades você vai encontrar.

O que a associação vem fazendo é discutir sobre a questão do pertencimento e outra coisa é o empoderamento que, são coisas distintas, uma coisa pode levar a outra, mas são distintas, a associação tem o trabalho de conscientização no sentido de pertencimento, eu posso me reconhecer quilombola nos aspectos culturais, religiosos, por que quando você vai estudar tem elementos de africanidades dentro da comunidade, as ervas, os banhos de folha, a relação comunitária, os marcadores vem trazer essas relações comunitárias, traz a matriz africana e como associação eu afirmo que o que nós propomos fazer, é um papel de conscientização, mas essa

---

<sup>17</sup> Baseado na divisão do cristianismo. O protestantismo é composto por várias doutrinas.

conscientização sempre encontra obstáculos que se esbarram na intolerância religiosa. A cultura parte do ponto dos saberes da ludicidade, da sua compreensão de mundo, então muitos moradores tem se convertido ao neo pentecostalismo, podemos dizer assim e, tudo passa a ser do diabo, o samba de roda, o afoxé, a esmola cantada, o caruru de sete meninos, entende! (José).

A intolerância dispensada à cultura de matriz africana pode ser considerada herança de um processo histórico que a sociedade brasileira transmitiu sobre os conhecimentos de África, como o lugar do não reconhecimento e a desvalorização colocaram o povo africano e a cultura afro-brasileira no lugar de subalterno, em um lugar subestimado, enfatizou muito o sofrimento, a pobreza social, econômica de forma generalizada e tentou apagar suas contribuições, potenciais, riquezas, valores e cultura tão elementares para a formação do povo brasileiro.

Sobre a cultura, desse patrimônio cultural, dessa comunidade quilombola, preciso falar do extermínio, a diabolização, a demonização dessas práticas. Cresci vendo o caruru dos sete meninos, hoje o mesmo caruru é visto como coisa do demônio, o samba de Dona Mundinha que raiava o dia, depois do caruru é visto hoje como coisa do demônio, não citando denominação religiosa, a gente precisa repensar como são concebidas as práticas culturais nesses territórios de identidade, a gente precisa combater essa demonização por que isso acaba exterminando um legado que é muito importante para os nossos e o tornar-se negro enquanto Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo é preciso (João).

Nessa perspectiva, precisamos compreender e aceitar que “os africanos influenciaram profundamente a sociedade brasileira e deixaram contribuições importantes para o que chamamos hoje de cultura afro-brasileira” (MATTOS, 2012, p. 155) e as maneiras como os descendentes africanos expressam sua fé são apenas um terço de sua cultura que precisa ser valorizada e compreendida de forma mais assertiva.

As manifestações Culturais marcam presença na Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, resultantes das tradições e memórias que possibilitam a continuidade e eleva o sentimento de pertencimento e territorialidade.

A memória sobre a qual um grupo baseia sua identidade pode alimentar-se de lembranças de um passado glorioso ou mesmo de um período de sofrimento. O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito a comemorar (BALLER, 2008, p. 23).

As memórias dos moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo recuperam os silêncios da história, os acontecimentos que vão do sofrimento a superação e glória, das lembranças que constituem e constroem suas características

como comunidade quilombola. As memórias têm fortalecido às noções de pertencimento e motivado os remanescentes de quilombos a lutarem pela união e relação coletiva.

#### 4.5 TRADIÇÕES ORAIS: DOS CAUSOS AOS MITOS

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá<sup>18</sup> já existe em potencial em sua mente”.

Tierno Bokar

O compartilhar das tradições orais garante a preservação das histórias dos costumes de um povo. O sistema escravista e as condições de vida nos quais os escravos viveram não conseguiram enfraquecer a tradição oral afro-brasileira, visto que os negros conservaram seus traços culturais e asseguraram sua dignidade. “A palavra “tradição”, portanto, só adquire o seu significado pleno quando se refere a essa dimensão espaço-temporal da experiência em grupo: ela se enraíza no passado para permitir ao vivido de hoje orientar-se” (BONVINI, 2001, p. 39).

O relato de José mostra a dimensão do espaço, tempo e mitos, enquanto experiências realizadas em grupos:

A tradição oral aqui é forte, quem nunca ouviu falar da história do lobisomem? Quem nunca ouviu falar da história da cobra encantada no Tororó? Que é uma fonte que tem aqui na comunidade. Do couro seco que vaga pelas ruas de madrugada. Da procissão que alguns ouvem passar de madrugada, então, a tradição oral é um valor civilizatório afro-brasileiro, foi muito importante, é importante para a construção da história desse lugar, por que criamos historicidade, ninguém mais escreve por nós, nós temos o potencial de escrever por nós mesmos. Então, a tradição oral é basilar para que a gente não perca a memória na Comunidade do Monte Recôncavo (José).

Incontestavelmente, o relato demonstra que a palavra falada tem poder, através da oralidade os povos constroem sua cultura, torna-se capaz de (re) construir sua identidade cultural. As tradições objetivam não apenas repassar histórias, mas também estabelecer aspectos culturais de um povo.

---

<sup>18</sup> Árvore nativa da África. Conhecida como árvore da vida, representa ainda a ancestralidade, a origem e a resistência.

A construção dentro do coletivo mostra a importância de cada caso, de cada história. As percepções individuais e a transmissão da mesma são possíveis por meio da tradição oral, pois mantém e constrói a história do lugar de tempos em tempos. Os valores, os costumes da coletividade, a ancestralidade e a oralidade não devem ser apagados ou silenciados.

[...] A tradição oral trabalha a memória coletiva e não se encaixa na discussão de entrevistas. A tradição depende de entendimentos entre os fundamentos míticos, rituais e vida material de grupos. A história oral temática possui um caráter documental e volta-se para um tema específico (JÚNIOR, 2015, p. 36).

A memória constitui-se como uma chave para que a tradição oral possa ser uma construtora de conhecimentos, já que possui a continência de guardar os saberes da vida, ou seja, quanto mais estreito for à relação da memória com as situações sociais, profissionais, culturais, mitológicas etc, maiores serão as chances de aquisição dos saberes. Para Bonvini (2001) a herança é deixada através de várias palavras organizadas: rezas, fórmulas, contos, cantos, mitos, provérbios, algumas em línguas africanas ou em grande maioria em português, por meio das palavras, os traços africanos sobreviveu e ainda vive hoje no Brasil.

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação de sabedorias ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocução-chave, isto é a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para a outra (OLIVEIRA E FARIA, 2019, p.49).

O olhar, o gesto, o dançar, o andar e o falar demonstram a grandeza que reúne no ser, seres plenos de histórias que nos compõem. A voz e a fala tecem narrativas que nos envereda por uma infinita herança ancestral, tais entendimentos são claros nas narrativas dos moradores quando relatam sobre os mitos, casos e cantos que seus ancestrais deixaram e repassaram para as novas gerações.

Ah!! Você precisava ter conhecido meu pai, se ele tivesse vivo ele iria lhe contar tanto caso, tanta coisa, conhecia isso aqui tudo, trabalhou muito e tinha muitas histórias para contar. Eu mesmo aprendi muita coisa com ele, inclusive a fazer dendê. Sabia tanta história de assombração que é contada aqui no Monte (Pedro).

Falar sobre o Monte Recôncavo é falar sobre casos que posso passar a noite ou o dia inteiro contando. As casas da farinha, as fontes, as lavadeiras sempre foram espaços de muita socialização desse legado, por que nesses espaços tinha a oportunidade de contar um pouco das histórias, dos casos dessa comunidade e falar das personalidades, não podemos esquecer das lavadeiras, rezadeiras, dos artesãos, das parteiras, dos brincantes. Quem nunca ouviu falar de João Barandi?! Que no carnaval se vestia de vaqueiro mascarado! Era uma dinâmica que constituiu o carnaval tradicional, de

perseguir e ser perseguido, de correr, então essa dinâmica é muito forte na comunidade. (João).

As narrativas ressoam e conectam o passado ao presente, trazem através dos diálogos vivências que precisam ser repassadas. A contação de história é uma ação praticada pelas pessoas desde a antiguidade, sendo transmitida de geração em geração e preservada até os dias atuais dentro dessas comunidades.

As histórias de assombração têm muitas, muita história, história de lobisomem, às vezes nós contamos e às vezes os meninos procuram saber. Os meninos aí, outro dia, perguntou:

- Tia! Vou fazer uma pergunta pra senhora.

- O que é menino??!

- Há condições de gente virar lobisomem?

- Não sei não menino! (risos)

- Vira. Você e a gente sabe que tinha um homem aí que ficava na casa de farinha, comia caranguejo e virava lobisomem.

- Adivinha quem é? Era Edgar diz o povo que ele virava lobisomem e andava pela rua (risos).

Mas o pessoal passado contava muito essas histórias.

Aqui tinha um homem que ele morava aqui na frente, os dois já morreu, ele contava que mais de meia noite, ele trabalhava na Petrobrás, saltava lá embaixo, não tinha transporte pra vir, o carro passava e deixava lá embaixo, ele diz que via cavaleiro brilhando, via gente perguntando por esse homem e tudo, os cascos do cavalo trincando e tal, diz que via um monte de coisa. Quer dizer, isso eu não alcancei, é como se fosse o conto da carochinha que o povo contava e a gente ficava imaginando. (Dália).

A tradição oral promove um encantamento sobre aqueles que se arriscam a ouvir as histórias, pois os causos revelam um universo a ser descoberto por meio da fala e da perpetuação dos causos antigos. As marcas da oralidade estão fincadas nas histórias contadas pelos mais velhos, traduzidos no acúmulo de saberes. Nas narrativas, os fatos, lendas, mitos e costumes são transmitidos e consolidados como herança cultural.

Aqui mesmo, diz que existem seres mágicos, o Saci Pererê (risos). O Cavaleiro, diz que eles andavam aqui na rua altas horas. Mula sem cabeça, essas coisas, o povo antigo que conta esses negócios, lobisomem, eu vejo o povo contando, mas eu nunca vi não, pelo amor de Deus (Rosa).

O lobisomem, as pessoas falavam muito (risos), o pessoal de candomblé falava que tal hora não podia sair que via aquilo e via aquilo outro, a gente nunca via nada (gargalhada) são as crenças, mas ninguém saía no horário que eles falavam que não podia. O lobisomem ninguém via só ouvia falar (Margarida).

Os mais antigos contavam os causos que existiam e na verdade eu nem acredito muito, falavam da mula sem cabeça, de lobisomem, do bolo de carne (risos), mas eu na verdade nunca vi!! O bolo de carne diz que alguém viu que não tinha cabeça, não tinha nada, era um bolo que saía rolando pelas ruas, agora se era e se não era, ninguém sabe (risos). O pessoal mais velho dizia que olhavam pela brisa da porta e viram, mas eu mesmo nunca vi. Eu nunca vi nem lobisomem que diz também que existe (Violeta).

A tradição oral vinda de África pode ser concebida como o elo com os nossos ancestrais, uma vez que os instrumentos dessa tradição foram trazidos para o Brasil por meio dos africanos que foram escravos, sendo incorporados através da cultura negra aqui existente, no mundo da cultura nacional. A valorização das tradições orais, em África, longe de significar apenas um meio de comunicação, reluz memórias, uma maneira de preservar os saberes e fazeres da ancestralidade.

Nesse sentido, a palavra transmitida conduz por meio da oralidade a herança ancestral como forma de propagação desta cultura. É assim que através das memórias ancestrais traduzimos a memória sociocultural de um povo.

Ouvia muitas histórias quando criança, contadas pelos mais velhos, principalmente nos dias sem energia elétrica. Tinha a história do Cavaleiro sem Cabeça que vagava pelas ruas durante a madrugada em determinados períodos do ano e as pessoas relatavam que ouvia o som das patas do cavalo.

Tinha a do Bolo de Carne que descia embolando a Ladeira do Cemitério em direção a Rua do Asfalto.

Tinha a história de que dois trabalhadores rurais viravam lobisomem nas noites de lua cheia.

Tinha também a da menina que bateu na mãe e acabou virando um ser alado que vagavam pelas noites gritando “olha a cavala, olha a cavala, olha a cavala” (Pedro).

Os Cantos de Reis, ave Maria, tinha muito aqui minha fia, a gente não dormia cantando reis. Entrava em uma casa e em outra, andávamos de casa em casa cantando músicas folclóricas. Vou cantar um pedaço:

Abri a porta que moro  
Não abra não que já morri  
E não abra não que já morri  
Só entra pela porta  
E a lua pela o oitão  
E a lua pelo oitão

(Dália).

Constantemente, nos reeducamos, nos reconstruímos e reorganizamos uma sociedade própria, e assim, reafirmamos e ressignificamos os símbolos, alicerçados nos segredos e mistérios seculares resguardados pela memória individual e coletiva. Para Marcushi (2001) a oralidade nada mais é do que uma ação social interativa que objetiva levar aos fins comunicativos que se estabelecem sob diversos formatos e gêneros textuais construídos na realidade sonora, indo das materializações informais as formais nos múltiplos contextos. Aqui não cabe estimar o grau de substancialidade da transmissão oral, mas, a transmissão dos saberes passados de geração em geração.

Notamos por meio da pesquisa que a tradição oral constitui-se como uma rica ferramenta para a composição e enaltecimento da história, pois tem o atributo de transmitir saberes basilares para sua valorização. “Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral” (VANZINA, 2013, p.03).

Segundo Xavier (2010) a fonte oral como fonte identitária de um povo, possui a capacidade de exibir realidades, as vivências e os modos de vida de uma comunidade, nos contextos e na multiplicidade das relações sociais. A fala era e é um meio que mulheres e homens usavam/usam para reproduzir suas memórias. A memória viva ao resgatar as narrativas de senhoras e senhores, isto é, dos mais velhos, ajudam a tecer os fios da continuidade.

#### **4.6 OS SABERES QUILOMBOLA E AS PRÁTICAS ANCESTRAIS**

As transformações ocorridas no decorrer dos séculos levaram a ciência ao patamar de modo explicativo autorreferencial, isto é, não se sujeita a nenhum outro pressuposto que não seja a própria referência científica, provocando uma revolução nos dispostos saberes da humanidade. Para Schwartzman (1998) ao estruturar e engendrar sua autoridade como formato predominante e universal de conhecimento, a ciência foi enaltecendo seus pressupostos, categorizando e subalternizando outras formas de conhecimentos associadas às experiências subjetivas produzidas no mundo.

Os padrões científicos estabelecidos nos séculos XIX e XX segundo Schwartzman (1998) estipulavam alguns saberes regionais, populares e locais propagados entre os diferentes grupos sociais como: “mitos”, “superstições” e “conhecimentos imprecisos”, a ciência moderna objetivava desmistificar e civilizar através de fatores racionais, as parcelas significativas da humanidade, classificada até então como retrógradas.

A tentativa de silenciamento e apagamento dos saberes populares nada mais são do que o resultado de anos de desvalorização da sabedoria popular, apagamento de saberes empíricos ancestrais, estipulados às culturas tradicionais pela visão de desenvolvimento baseado nas concepções coloniais europeias.

Seguindo o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, o patrimônio cultural e imaterial constitui-se como o registro das celebrações, saberes, formas de expressões e lugares que duplicam práticas culturais coletivas. A identificação e reconhecimento destes bens culturais são substanciais para a manutenção e preservação dos conhecimentos quilombolas e da nossa sociedade.

Diante do exposto, promover a visibilidade dos saberes e fazeres da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, mostrar os conhecimentos produzidos nas relações e experiências em comunidade e com a natureza tornou-se imprescindível para entendermos que os saberes populares ultrapassam as superstições, mas são conhecimentos carregados de sabedoria ancestral. As vivências diárias dos remanescentes quilombolas são inseparáveis das experiências com a natureza.

Os saberes e fazeres populares dispõe de conhecimentos seculares, logo, não foi difícil de identificá-los na comunidade. Os relatos dos moradores cristalizam a importância dos conhecimentos ancestrais para a formação, construção e reconstrução da vida em comunidade.

Temos as rezadeiras, parteiras, as quituteiras, os lavradores, essa comunidade é construída por essas mãos. Pelas mãos das rezadeiras, lavadeiras, quituteiras, lavradores, ou seja, falar dessa comunidade é falar dessas pessoas e de um legado da nossa formação e dos valores ancestrais. A gente vem discutindo muito sobre a promoção da equidade racial e social, a gente não consegue acessar esses lugares se não for com a valorização desses moradores quilombolas e desses saberes e fazeres (José).

Coadunamos com Xavier e Flor (2015) quando compreendemos que não existe uma definição unilateral sobre aquilo que apontamos como “saber popular”, entretanto, podemos caracterizá-la como uma sapiência, ou seja, um enorme conjunto de saberes e conhecimentos que não podem ser invalidados, pois são construídas socialmente e partilhadas entre gerações por meio da oralidade, das práticas e costumes culturais e sociais nos quais são operados. Contrapõe-se ao saber científico, que enaltece um autor, se ancora nos saberes anônimos constantemente associados à ancestralidade.

Aqui lutamos para preservar a história do lugar, tradição e ancestralidade, mas ainda precisa de mais, as pessoas precisam procurar se identificar. Sou rezadeira isso é história do lugar, com certeza, sou conhecida por rezar, isso é uma tradição, passou do meu pai para mim. Mantenho isso por que meu pai rezava e as pessoas ficavam bem depois da reza. Aí eu aprendi a rezar com ele, ele também queria muito que eu aprendesse.

No caso, uma pessoa levava um corte e aí ficava sangrando muito, ele rezava e estancava logo. Ele queria que eu aprendesse essa reza, mas eu não aprendi por que nunca gostei de ver sangue, então aprendi a rezar de outra forma.

Aprendi porque eu via que fazia efeito. O pessoal vinha pra ele rezar, ele rezava com aquele amor, aí o povo falava que se dava bem com aquela reza, aí então, eu fui aprendendo e rezo também, rezo dor de garganta que é companhia caída, aprendi as duas rezas que é companhia caída que é a da garganta e mau olhado, além da espinhela caída.

A do mau olhado é para tirar o mau olhado, tira tudo, no caso a pessoa fica com o corpo ruim, indisposto, e aí quando não tá muito legal, vem que a gente reza. Hoje eu vou e rezo, a gente ver pela folha, mas agora não rezo adulto, só criança, por que a gente fica com o corpo ruim o dia todo, carregada. Tirando o mau olhado dos outros eu fico arrepiada o dia todo, abrindo a boca o dia todo, não estou rezando mais adulto, só criança, faço isso por criança por que elas são inocentes. Esses conhecimentos e fatos são um costume que veio lá de traz (Margarida)

Partindo do depoimento de dona Margarida, percebemos que os saberes populares apesar de serem frutos de uma sistematização própria de interpretação e categorização das classes populares da sociedade, apontam ser uma fonte complexa de representações e significações amplamente entranhada na sociedade, por ser capaz de permear as experiências cotidianas das diversas camadas sociais.

Os saberes populares podem ser classificados como “fundamentados em uma série de opiniões, hábitos e formas de pensamentos” que imprimem um significado às situações do mundo cotidiano, “constituindo-se na maneira como as camadas populares interpretam o mundo” (SILVA; MILARÉ, 2018, p. 97).

Nossos saberes e fazeres e práticas ancestrais são vistas na pesca, na produção de azeite de dendê e farinha, no manuseio das plantas e ervas para a produção de banhos medicinais, xaropes e lambedores para combater gripes e pastosos para combater inchaços e inflamações e para tratar de crianças quando aparece com problemas em decorrência do nascimento dos dentes. Nas folhas utilizadas pelas rezadeiras (Pedro).

O uso das ervas, a prática do uso das ervas é muito forte na comunidade, um aspecto que consegue driblar a questão da intolerância. O uso das ervas, todo mundo faz chá, tem uma época das viroses, né?! Todo mundo toma banho de andú<sup>19</sup>.

Você não manipular uma erva é você negar a natureza. Ai você vai no quintal e tem erva cidreira, capim santo, tem canela de velho, você tem um boldo e quando não está bem do estômago você toma o chá, e assim vai (João).

Os saberes populares para Silva e Milaré (2018) são elementos acumulativos, cultural, espontâneo, anônimo, são conhecimentos passados através das gerações e

---

<sup>19</sup> Folhas e ramos são utilizados para a lavagem da pele, em casos de catapora, sarampo, coceira e contra alergias. Nas regiões tropicais, o grão é utilizado na alimentação.

ajustam-se as percepções subjetivas dos indivíduos que as manuseiam. Outro saber popular que existiu na comunidade por muito tempo é salientado na narrativa de João:

Chamar a parteira para fazer parto era uma prática muito recorrente na comunidade, porque antigamente em São Francisco do Conde não tinha maternidade, tanto que aqui na comunidade ou nasceram em casa ou na maternidade de Santo Amaro. Uma parte das pessoas daqui nasceu em casa. As parteiras eram vistas como um ser abençoado tinha o status de entidade sabe, não sei se você compreende, mas conheço aqui histórias de parteiras que eram chamadas de yáyá, apadrinhavam muita gente, exatamente por conta desse lugar de pessoa responsável em trazer a vida, na verdade é trazer para o mundo.

Então, tem disso por aqui, percebo que tem o status de entidade como forma de respeito, a valorização e valoração é muito grande.

Dou como exemplo a finada Lourdes, tem tia Neném, mulheres bastante valorizadas na comunidade, mulheres que tinham um conhecimento muito grande de ervas. Elas não eram só parteiras, elas tinham conhecimentos das ervas medicinais, então, são pontos que precisam ser ressaltados (João).

As mulheres parteiras que atuaram ou ainda atuam em comunidades quilombolas, rurais e indígenas são a materialização viva da história e das práticas ancestrais, sendo mantida e renovada por meio do reconhecimento realizado por séculos. Pontua Brenes (2005) que as mulheres parteiras através da experiência, do domínio em realizar o parto e cuidar da gestante e criança são reconhecidas como guardiãs de práticas ancestrais. A medicina popular nas comunidades quilombolas, indígenas, rurais distantes dos centros urbanos serviram durante muito tempo como meio paliativo para os males da população.

Contudo, não podemos deixar de pontuar a produção rudimentar de alguns alimentos na comunidade, haja vista que também são marcadores de africanidades que, foram herdadas e fazem parte do rico legado deixado pelos antepassados. A produção de farinha e azeite de dendê são práticas herdadas que foram e são realizadas desde a origem da comunidade.

A produção de farinha e do dendê foi por muito tempo produzido como uma espécie de cooperativismo, digo por que o cooperativismo tem uma estrutura, tinha uma cooperação para a produção desses recursos. Por exemplo, o dendê mais de uma pessoa assumia a responsabilidade de ir no mato colher os cachos do dendê, como é um processo demorado, né, de cozimento do dendê. Primeiro tira do cacho, depois coloca para cozinhar, espera descansar para tirar o bambá que é o que taxamos do azeite que não presta, mas que consumimos.

A produção da farinha chamamos de farinha de meia, porque ela era dividida entre as pessoas que as produziam, isto é, existia a cooperação de um grupo, uma pessoa plantava a mandioca, outra colhia, outra começava a produção na casa da farinha, então, os envolvidos dividiam o produto final (José).

Na comunidade produzimos farinha e dendê. Aqui temos duas casas que produzem farinha, uma não funciona mais devido à idade dos donos que já estão bem idosos, mas uma continua produzindo. As casas das farinhas

existem há muito tempo, já alimentou muitos aqui. Vai do plantio da mandioca ao cultivo, a produção é bem simples, mas segue o que aprendemos de nossos pais que aprenderam com seus pais e vai seguindo (Paulo).

A farinha e o dendê ganham destaque entre os diversos saberes quilombolas, já que requer conhecimento de práticas peculiares de produção e é um alimento básico da população. A farinha é produzida pelos moradores que em geral plantam, cultivam e colhem a mandioca. Na comunidade existem duas casas de farinha, mas apenas uma está funcionando, no fundo de uma casa, por meio de uma pequena indústria rudimentar. Na era colonial, a farinha era usada para alimentar os escravos e criados dos engenhos.

O dendê é produzido no meio do mato, como é uma produção demorada essa prática acontece perto do manguezal. No mesmo espaço retira o cacho, realiza a limpeza, faz o cozimento e retira o bambá (considerado o azeite ruim). A produção do dendê também é considerada uma prática ancestral dentro da comunidade.

As práticas citadas não possuem um referencial teórico-científico, mas possui uma pluralidade de valores, fruto da produção de significados e de conhecimentos adquiridos ao longo da história através de observações dos eventos cotidianos. Para Silva e Milaré (2018) são maneiras encontradas pelos indivíduos de responder às demandas colocadas pelo cotidiano, quase sempre desigual entre indivíduos e grupos sociais, e que, mesmo não tendo o status semelhante ao da ciência, correspondem a um sistema de significados e de valores capazes de produzir sentidos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partir do estudo da memória e das tradições orais produzidas pelos membros da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo nos ensinou que, lembrar não é apenas reviver o passado, mas refazer, reproduzir os pensamentos do hoje os associando as experiências passadas.

A memória dos moradores, levantada através das narrativas autobiográficas, manifestou lembranças simbólicas, representações que ocupam na consciência sobre o que é ser quilombola. Notamos que os membros da comunidade em sua grande maioria se autorreconhecem quilombolas e demonstram conhecer o valor representativo do que é ser quilombola.

As memórias juntamente com as tradições orais possibilitaram que o grupo contasse suas versões sobre a formação de seu território. Haja vista que existem ainda muitas histórias estabelecidas e congeladas no passado, por que alguns grupos sociais são considerados mais “preparados” para legitimar e contar a história de um determinado lugar.

A história é um discurso que se liga a sistematização de poder, controle e dominação, as versões históricas do município de São Francisco do Conde, aparentemente, privilegiaram os interesses de determinados grupos, principalmente o branco europeu, ou seja, os colonizadores. A história da formação do lugar é retratada a partir da vida e anseios dos condes, barões e senhores de engenhos. Fazendo com que as histórias dos pretos, pardos, indígenas fossem silenciadas ou diminuídas na constituição da história dos franciscanos.

Diz Frantz Fanon (2008) que “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (FANON, 2008, p.34). Isto é, através da maneira como se constrói um discurso se representa toda uma realidade de determinada vida social. Um dos intuitos da pesquisa foi abrir espaço para que os nativos do lugar narrassem suas histórias, modo de vida, cultura, ou seja, trouxessem à tona aspectos não explorados ou silenciados, tornando assim, suas histórias conhecidas.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a reflexão sobre como as memórias e as tradições orais podem ser formatos propulsores de existência, resistência e preservação da comunidade quilombola. Nesse sentido, notamos que os moradores ao relembrem o passado e as vivências, ressignificam e reanalisam as próprias vidas, tais ações associamos como existência.

Ao lembrar e narrar tais memórias também promovem a resistência, na medida em que são capazes de refletir sobre os contextos que lhes foram e ainda são impostos, começam a perceber suas trajetórias, assim, estabelecem seus interesses coletivos, mesmo que tais passos contrariem os grupos considerados hegemônicos, logo, preservam seus fazeres e saberes ancestrais.

A memória pode ser produzida coletivamente, pois guarda em si representações necessárias não somente para a manutenção dos traços culturais e existência da comunidade, mas serve também como ferramenta valiosa para a construção do cotidiano. “Quando se trata da história recente, feliz os pesquisadores

que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época” (BOSI, 2003, p.17).

Uma vez que o sujeito lembra, ele é um sujeito inserido em um grupo referência. Os quilombos foram formados como prelúdios de resistência do negro contra as condições de vida imposta pela sistematização da escravidão, carregam enorme legado material e imaterial da resistência negra em solo brasileiro, produzem e reproduzem modos de vida específicos de determinado lugar. Então, enquanto pesquisadores e ouvintes das narrativas de vida dos participantes da pesquisa, tivemos o prazer de presenciar relatos surpreendentes.

Citamos aqui a fala de um dos moradores que, ao ser questionado sobre o que significava ser quilombola, e quais foram os benefícios que a comunidade ganhou com a titulação da Fundação Cultural Palmares, ele responde: “A maior conquista que recebemos com o reconhecimento e a titulação foi à possibilidade de enegrecer, empretecer a história de São Francisco do Conde. Não precisamos mais que ninguém conte nossa história por nós, somos capazes de escrever e narrar nossa história. São Francisco do Conde, precisa ser São Francisco de todos! São Francisco do João. São Francisco do Pedro e não apenas dos condes”.

Isto posto, observamos que a procedência histórica da região precisa de uma revisão historiográfica, cujos negros e as comunidades quilombolas sejam vistas como parte constituinte da formação de seu território. A escravidão não pode ser concebida apenas como um passado distante. Precisamos refletir constantemente sobre como a sistematização da escravidão deixou marcas que persistem até hoje. Reflexionar sobre o processo de formação histórica, social, cultural e política da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo tornou-se urgente.

As questões envolvendo os grupos quilombolas não podem ser tratadas como casos isolados, mas devem ser incluídos em planos e ações de planejamento público. Os eixos explorados nesta pesquisa foram compreendidos através das análises das narrativas dos participantes da pesquisa e dos quadros sociais da memória e das tradições orais para a reconstrução do passado e compreensão do presente.

As memórias e lembranças de um grupo social precisam ser concebidas como documentos históricos tão quão são valorizados os documentos escritos, pois representam e possibilitam outras versões da história do lugar que, especificadamente, no caso dos grupos negros, foram descritos, em geral, apenas

como escravos ou ex-escravos, colocados sempre a margem da história e da sociedade.

A Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo desvela diversos mecanismos de constituição da historicidade das populações negras, fortemente consolidada na ancestralidade. Esses mecanismos ajudam a comunidade a enfrentar a marginalização, a invisibilidade e a tentativa de apagamento da sua história, saberes e fazeres.

Concordamos plenamente com a autora Chimamanda Ngozi Adiche (2019) quando relata a importância que as histórias possuem e as formas de serem usadas:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 16).

Concluimos que as memórias consolidadas através das palavras recuperam, afirmam e preservam as tradições ancestrais de comunidade, ao relatarem suas histórias, suas manifestações culturais, seus saberes e fazeres, seu modo de vida, as dificuldades e tentativa de silenciamento vividos ao longo dos anos, anunciam um modo de organização coletivo. Tais percepções nos permitiram perceber que a estrutura organizacional do quilombo, realmente é baseada na união, coletividade, existências e resistências.

Findo a pesquisa desejando desdobrá-la em futuros estudos na Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, pois neste lugar apurei minhas habilidades como ouvinte, deletei-me com cada história contada, aprendi a valorizar mais e mais as tradições e as memórias, conheci a história do lugar e tenho me perguntando: até quando a história deste lugar será contada através das lentes dos colonizadores ou os colocando como protagonistas da formação do lugar?

Levo para a vida todas as aprendizagens partilhadas no decorrer da pesquisa e me convenço a cada dia que o subalterno precisa falar, precisa ser ouvido, precisa ter consciência da magnitude de sua voz, mesmo existindo uma sistematização de poder que tenta interdita-los. Os senhores e senhoras, participantes da pesquisa, através de suas vozes me mostraram que os saberes populares são válidos, mesmo que a sociedade insista em negá-los.

Por meio da pesquisa realizei várias reflexões e fui desconstruindo muitas visões errôneas e distorcidas que me foram ensinadas no decorrer da vida. Acredito que os conhecimentos adquiridos serão refletidos e reproduzidos de forma

propositiva, no espaço e nas relações interpessoais dentro da instituição escolar onde trabalho. Enquanto, profissional da educação, atuante no município, me sinto mais preparada para intervir na realidade que me cerca, após conhecer a história e cultura do lugar.

## 6 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **De Quilombolas e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: SANSONE, Lívio. PINHO, Osmundo Araújo. Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008.

ANDRADE, Adriano. **A espacialidade da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica**. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Ouro Preto / MG. Anais... Ouro Preto / MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, 2009, p. 10-27.

\_\_\_\_\_, Adriano. **O Outro lado da Baía: a gênese de uma rede urbana colonial**. Salvador. Edufba, 2013.

ANJOS. Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios de comunidades do Brasil: segunda configuração espacial**. Brasília: Mapas Editora e Consultoria. 2005.

BALLER, Gisele Inês Baller. **Espaços da memória e construção de identidades: estudo de dois casos na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul**, 2008. Disponível em: <http://dhl.handle.net/10183/14927>. Acessado em 07 de julho de 2021.

BASTOS, Priscila da Cunha. **Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

BATISTA, L. J. C. **Fotografia: instrumento de pesquisa em educação**. In: I Jornada Latino-Americana e II Colóquio Brasileiro da AFIRSE – Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education. Anais... Brasília: 4-7 set. 2003, p. 1-15.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. C. A. Medeiros, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **“Grandeza e decadência da ideologia européia”**. In Norberto Bobbio. Intelectuais e o poder. São Paulo. Editora UNESP. 1996.

BONVINI, Emílio. **Tradição Oral Afro-Brasileira as Razões de uma Vitalidade**. Proj. História. São Paulo, (22), jun. 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acessado em: 10 de setembro de 2020.

------. **Decreto no 4.887/2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/2003/D4887.htm#art25](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm#art25) Acessado em: 10 de setembro de 2020.

BRENES, Anayansi Correa. **Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência**. Belo Horizonte, MG: COOPMED, 2006.

CELESTINO, Rubens. **Saberes, Cantos e Encantos do Quilombo do Monte Recôncavo**. 2015, no prelo.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antônio. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

COSTA, Ana L. R. da. **A igreja católica e a configuração dos espaços físicos dos núcleos urbanos coloniais brasileiros**. In: Cadernos PPG-AU/FAUBA. Ano IV. Salvador: EDUFBA, 2007. P. 33-47.

COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e povos tradicionais. Textos Analíticos do Mapa de Conflitos Ambientais**, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2YkbHnM>. Acesso em: 15 setembro 2020.

DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política**. IN: DEALDINA, Selma dos Santos (ORG.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jundaíra, 2020. 168p.

DESAN, Suzanne. **Massas, comunidade e ritual na obra de E. P Thompson e Natalie Davis**. In: HUNT, Lynn. (Org.). A nova história cultural. Tradução Jefferson Luis Camargo, São. Paulo: Martins Fontes, 1992.

DIAS, Maria da Graça Andrade. Memórias e Experiências [manuscrito]: **identidade e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia** / Maria da Graça Andrade Dias. – 2015.

DIAS, Vercilene Francisco. Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola. IN: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jundaíra, 2020. 168p.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. 277 p.

FILHO, João Bernado da Silva. LISBOA, Kelly Andrezza Fernandes Pinto. **Quilombolas: resistência, história e culturas**. – São Paulo: IBEP, 2012.

FRAGA, Walter, 1963. Encruzilhadas **da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910)** 2ª Ed. / Walter Fraga. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos. Uma História do Campesinato Negro no Brasil** / Flávio dos Santos Gomes – 1ª Ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2015. – (Coleção Agenda Brasileira).

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terra de pretos; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Ministério da Cultura - Fundação Cultural Palmares. 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. La Memoire Collective (2º Ed.) Presses Universitaires de France Paris, França, 1968.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3º ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://ibge.gov/home/estatistica/populacao/censo2001/metodologia/default.shtm>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaph>. Acesso em 14 de novembro de 2021.

JOSÉ FILHO, Pe. M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: Unesp – FHDSS, 2002, (Dissertações e Teses, n.5).

JUNIOR, Roberto da Silva. **Fontes Orais em pesquisas educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2015. P. 31 – 42.

KUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique; **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LATOURE, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. EDUFBA. 2012.

MAIA, Bortolozzi Cláudia Ana. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo** – Manual Didático. São Carlos: Pedro & Editores, 2020. 52p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel / EDUSP, 1991.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências de Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural** / Marcelo Moura Mello. – São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Vozes. 2002.

MOITA, M. C. Percursos de Formação e de Trans-Formação. In: NÓVOA, A. Vidas de professores. Porto: Porto Editora. 1995.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo** / Clóvis Moura. – a.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **A origem e o histórico do quilombo na África**. Revista USP, São Paulo: 55-63, Dezembro/fevereiro 95/96.

-----, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980. 281p.

OLIVEIRA, Moreira Julvan. FARIAS, Lima de Kelly. **“Só quem sabe onde é Luanda saberá lhe dá valor”**: a tradição oral como herança ancestral. Voluntas Revista Internacional de Filosofia (UFSM). Santa Maria, v. 10, 2019 p. 43 – 64.

OLIVEIRA, M. C. M. **Sobre as (im)possibilidades da fotografia como fonte primária em História da Educação**. In: PÔRTO JR., Gilson (Org.). História do tempo presente. Bauru: Edusc, 2007.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PIMENTEL, Danieli dos Santos e Fares, Josebel Akel. **O lugar das poéticas orais**. Revista Boitatá. Londrina, n. 17, jan – jun 2014.

PIRES, J. **Cruzamento de olhares: uma leitura plural de textos em educação**. João Pessoa: Ideia, 2009.

QUEIROZ, Teixeira Danielle. VALL, Janaína. SOUZA, Alves Maria Ângela. **Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. Revista de Enfermagem UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, abr/jun; 15 (2): 276 – 83.

SANSONE, Lívio. **Um contraponto baiano de açúcar e petróleo: mercadorias globais, identidades globais**. In: Carlos Caroso; Fátima Tavares; Cláudio Pereira (Org.) Baía de Todos os Santos: aspectos humanos. Salvador. EDUFBA, 2011, p. 352 – 375.

RODRIGUES, Nina. **Africanos no Brasil**. Brasília: UNB, 1977. (Temas Brasileiros: 40).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas: Alguns Problemas Teóricos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 38, São Paulo, out. 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. GOMES, Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZMAN, S.. **Saberes Científicos e saberes populares.** In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA ANTROPOLOGIA, 21. 1998, Vitória. Anais... Vitória, 1998, p. 1 – 4.

SCHWARTZ, Stuart B., **Escravidão indígena e o início da escravidão africana.**

\_\_\_\_\_, **Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550 -1835).** Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). Mapa com os distritos de S. F. do Conde. São Francisco do Conde/BA: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2006.

SILVA, Claudiane Maria da. **A volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento: práticas pedagógicas escolares em história e cultura afro-brasileira/** Claudiane Maria da Silva – Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, L. A. R.; MIRALÉ, T.. **Os significados e a natureza dos saberes populares reflexões e possibilidades no ensino de ciências.** Ensaio Pedagógico. Sorocaba, v. 2, n. 3, p. 95 – 104, 2018.

SPINK, Mary Jane. **O estudo empírico das representações sociais.** In: SPINK, M. J. P. (Org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais perspectiva da psicologia social – São Paulo: Brasiliense. 1995, p. 85 – 108.

VANSINA, J. **A Tradição Oral e sua Metodologia.** 2013. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigos/25092013/a-tradiacao-oral-e-sua-metodologia>

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – 1707.** São Paulo: Typologia 2 de Dezembro, 1719.

XAVIER, Antonio Roberto. **Joana Paula de Moraes: história, memória e trajetórias educativas (1900 – 1963).** 411 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

XAVIER, P. M.; FLÔR, C. C. C. **Saberes populares e educação científica: um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências.** Revista Ensaio, Belo Horizonte, v. 17, n.2, p. 308 – 328, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa / Liane Carly Hermes Zanella.** – 2. Ed. Reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2013. 134p. : Il.

